



Ensaio de História Política do Rio Grande do Sul

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

64



UNIVERSIDADE
ABERTA
www.uab.pt

Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2025



Ensaio de História Política do Rio Grande do Sul



COLEÇÃO
RIO-GRANDENSE



CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

- Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -

José Eduardo Franco

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –

Maria Cristina Firmino Santos

- Universidade de Évora -

Vania Pinheiro Chaves

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves

Ensaaios de História Política do Rio Grande do Sul



CIPSH
INTERNATIONAL COUNCIL FOR PHILOSOPHY AND HUMAN SCIENCES
CONSEIL INTERNATIONAL DE LA PHILOSOPHIE ET DES SCIENCES HUMAINES

UNIVERSIDADE
AbERTA 
www.uab.pt

**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**

2020-2025



Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande
2023

DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO

DIREÇÃO:

José Eduardo Franco (Coord)
Carla Oliveira
Cécile Méadel
Fabrice d'Almeida
João Luís Cardoso
José Ignacio Ruiz Rodríguez
Valérie Dévillard
Pierre-Antoine Fabre

COMISSÃO PEDAGÓGICA:

João Relvão Caetano (Coord.)
Darlinda Moreira
Jeffrey Scoot Childs
Rosa Sequeira
Sandra Caeiro

ASSESSORIA EXECUTIVA:

Cristiana Lucas (Coord.)
José Bernardino
Milene Alves
Paula Carreira
Susana Alves-Jesus

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves
Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil
Diretor de Acervo: Ronaldo Oliveira Gerundo
1º Secretário: Luiz Henrique Torres
2º Secretário: Marcelo França de Oliveira
1º Tesoureiro: Valdir Barroco
2º Tesoureiro: Mauro Nicola Póvoas

Ficha Técnica

- Título: Ensaio de História Política do Rio Grande do Sul
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Coleção Rio-Grandense, 64
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Setembro de 2023

ISBN – 978-65-89557-76-0

CAPA: Conversa entre os políticos gaúchos Getúlio Vargas e Borges de Medeiros (CARETA. Rio de Janeiro, 10 ago. 1929, a. 22, n. 1103).

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de duzentos livros.

Apresentação

Desde as suas origens, a formação histórica sul-rio-grandense caracterizou-se por disparidades em relação ao restante do país. À época colonial, constituiu uma região de tardia incorporação ao império luso, surgindo inicialmente como uma porção de terra que serviria como ponta de lança para o avanço português em relação ao Prata. Desde a transição da colônia para a independência e no período imperial, caracterizou-se como uma espécie de bastião militar para o Estado Nacional Brasileiro, nos tantos enfrentamentos bélicos movidos contra vizinhos sul-americanos, ao mesmo tempo em que agitou o Império recém-fundado com a deflagração da Revolução Farroupilha. Com a mudança na forma de governo, o Rio Grande do Sul passou por profunda crise política, tornando-se um fator de instabilidade da República, com o espocar da Revolução Federalista, em um processo de ódios e paixões partidárias que se estendeu por décadas. O estado sulino teve participação importante também em alguns dos elementos constitutivos da denominada crise dos anos 1920, com mais uma guerra civil em 1923 e a participação no movimento tenentista, vindo a culminar com a sua fundamental participação na maior das rupturas oligárquicas da época, com a Aliança Liberal e o movimento rebelde que a partir dela se desencadeou em 1930, constituindo o golpe fatal na República Velha. Este livro traz alguns estudos de caso a respeito da História Política sul-rio-grandense, com a retomada de

escritos publicados anteriormente e espalhados em diferentes edições aos quais foi adicionado um outro de natureza inédita.

SUMÁRIO

O surgimento da imprensa gaúcha: o caso da cidade do Rio Grande/ 13

Imprensa e política: algumas reflexões acerca da investigação histórica / 23

O processo político-partidário sul-rio-grandense e a criação da *União Nacional* / 55

Pródromos do protagonismo: a presença de Getúlio Vargas nas caricaturas da revista *Careta* à época da Aliança Liberal (agosto de 1929 a março de 1930) / 71

O surgimento da imprensa gaúcha: o caso da cidade do Rio Grande

A gênese da imprensa sul-rio-grandense inseriu-se no contexto do tenso clima político da formação do Estado Nacional Brasileiro, marcado pelos confrontos partidários e ideológicos dos quais resultaria a Revolução Farroupilha (ver: Reverbel. p.115-118; Rüdiger. p.12-16; e Vianna. p. 29-39). Pouco depois do surgimento do jornalismo na capital da Província, a cidade do Rio Grande também viu nascer seus primeiros periódicos. Desenvolveu-se, então, a primeira fase do jornalismo rio-grandino que, refletindo o clima de disputas do momento, foi essencialmente político-partidário. Os jornais, mesmo com níveis de aproximação variáveis, tiveram uma íntima relação com a preparação da guerra civil. Nessa época, os escritores públicos responsabilizavam-se por praticamente todas as atividades ligadas à elaboração dos periódicos, no intento de manter acesa a flama jornalística que acompanhava as disputas políticas (Barreto. p. 15). Neste quadro, proliferaram-se as práticas jornalísticas, promovidas tanto por farrapos quanto por legalistas, de modo que a criação de um jornal muitas vezes se devia à necessidade de resposta de um grupo em relação ao seu opositor, num processo de ação e reação que multiplicou o número de folhas através da Província (Alves, 1996a. p. 153).

Manifestou-se, assim, através dos periódicos, o confronto entre rebeldes e legalistas, em uma verdadeira batalha de palavras, através de jornais como *O Noticiador* (1832-1836), folha afinada com o ideário farroupilha, e as publicações legalistas *O Mercantil do Rio Grande* (1835-1840), *O Liberal Rio-Grandense* (1835-1836) e *O Commercio* (1841 - fase rio-grandina). Certas folhas ainda intentaram pautar sua linha editorial em uma suposta neutralidade, na equidistância, na moderação e na conciliação, como *O Observador* (1832-1835), de tendência liberal moderada e buscando uma postura apolítica; *O Propagador da Indústria Rio-Grandense* (1833-1834), ligado à Sociedade Promotora da Indústria da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, que visava ao desenvolvimento econômico provincial e apresentou uma proposta de neutralidade e de busca da estabilidade; e *O Conciliador* (1840-1841), que, conforme o título, propunha a conciliação como caminho para a pacificação da Província. Essa imprensa que visava a uma propalada neutralidade não encontrou no entanto muito espaço para desenvolver-se, tendo em vista o amplo predomínio do jornalismo político-opinativo.

Desde a criação dos primeiros jornais rio-grandinos, até a eclosão do movimento rebelde e a ruptura institucional, com a criação da República Rio-Grandense, entre 1832 e 1836, a imprensa passou por uma etapa de avanço praticamente constante. A partir de então ocorreu uma tendência ao declínio, culminando no período entre 1842 e 1844, com o completo desaparecimento das atividades jornalísticas. Essa ausência de jornais deveu-se ao próprio desgaste político-militar advindo do prolongamento da guerra, trazendo também, como consequência direta, a crise

ENSAIOS DE HISTÓRIA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL

econômica para a Província. Além disso, a legislação de imprensa que passou a vigorar em dezembro de 1841 também serviu para inibir a continuidade do jornalismo opinativo predominante à época, uma vez que os pequenos crimes, dentre os quais os de imprensa, passaram a ser averiguados pelos delegados de polícia, o que colocava os periódicos sob o controle mais direto e incisivo das autoridades locais. Somente a partir de 1845, com a pacificação provincial, a imprensa seria retomada na cidade do Rio Grande, com a publicação da *Voz da Verdade* (1845-1846), que buscou enaltecer a ação de Caxias e valorizar a “paz honrosa” e a “brasilidade” dos sul-rio-grandenses que voltavam a integrar a “associação nacional”. Além dessa, no mesmo ano surgia *O Rio-Grandense* que viria a ser um dos representantes da imprensa diária rio-grandina. Esse renascimento do jornalismo, acompanhando a recuperação econômica e a estabilidade política, constituía o prenúncio da nova fase de crescimento e diversificação em que entraria a imprensa rio-grandina nas décadas seguintes.

Assim, durante a primeira fase de desenvolvimento da imprensa sul-rio-grandense e rio-grandina deram-se os primórdios dos confrontos político-partidários por meio do jornalismo, quando farrapos e legalistas digladiaram-se mutuamente através dos jornais. Na guerra, ao lado dos eventos militares, se estabeleceu uma preparação ideológica, através dos discursos, que buscavam o convencimento, de parte a parte, da justeza dos motivos de cada elemento constitutivo do conflito de modo que a Revolução Farroupilha teve seus quase dez anos de “epopeias bélicas” entremeados por uma série de manifestos e declarações. Nesse quadro, tanto as forças rebeldes,

quanto o Governo Imperial buscaram demonstrar seus objetivos, justificar suas atitudes e legitimar suas idiossincrasias diante do conflito, de forma que os mais variados conceitos e princípios passaram a ser debatidos, com cada uma das partes litigantes defendendo suas versões e visões discrepantes para com os destinos do país e da Revolução (Alves & Torres. p. 53). A imprensa representou, nesse contexto, um dos mais significativos agentes de propagação desses pronunciamentos, servindo à sustentação do confronto discursivo entre rebeldes e governistas.

Nesse sentido, os jornais contribuíram decisivamente para a edificação de um verdadeiro conflito discursivo (ver Martins. p. 180-181) entre as partes litigantes. Na manutenção desses confrontos, cada folha edificaria uma formação discursiva própria (Foucault. p. 43-66) com características peculiares na construção dos estereótipos do “aliado” e do “adversário”, como pode se observar a partir do seguinte quadro que destaca os pronunciamentos de dois periódicos, o primeiro ligado aos farrapos, e o outro aos governistas:

ENSAIOS DE HISTÓRIA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL

<i>O Noticiador</i>	
o aliado	• promotores da liberdade, que, uma vez conquistada, era imperdível • portadores do verdadeiro mérito que não deixariam de sublevar-se e opor-se à tirania • homens que souberam sustentar com arrogância e valor os direitos dos povos • cidadãos que deram começo a salvar a pátria do governo opressivo e antinacional
o adversário	• homens que sem mérito se reputavam no direito de tudo pretender, embora não possuíssem os recursos necessários para a administração pública • tiranos que se davam o direito de tudo ousar, impondo à nação a necessidade de tudo sofrer
<i>O Liberal Rio-Grandense</i>	
o aliado	• homens fiéis a seus juramentos, seguindo a bandeira da legalidade e que tudo sacrificavam a mais santa das causas, a da salvação da honra e prosperidade da pátria • bravos e distintos brasileiros que nunca capitularam com os anarquistas

o adversário	• horda de bárbaros, rivalizando com os hunos, que destruíam os produtos dos suores de muitos anos • bandidos cruéis que buscavam saciar a sede de latrocínio e de carnagem que as entranhas lhes afogueavam • anarquistas que propunham inovações perigosas e contrárias ao voto bem pronunciado da parte sensata da nação • filhos das trevas que pretendiam levar a desordem e a desmoralização a seu auge • tigres de figuras humanas que se embriagavam do sangue fraterno • desorganizadores que pareciam ter recebido do gênio do mal as chaves do inferno para entregar-nos às fúrias
---------------------	--

Uma comparação entre a construção discursiva do *Noticiador* e do *Liberal Rio-Grandense* também permite identificar, exemplificativamente, um verdadeiro espírito de conclamação pública que orientava estes pronunciamentos:

<i>O Noticiador</i>	• Rio-grandenses! Não durmamos com o melodioso canto daqueles que, quais morcegos, abanam as asas para melhor nos poder tirar a substância que nos resta. • Cidadão Comandante e briosos defensores da liberdade! Apressai-
----------------------------	--

ENSAIOS DE HISTÓRIA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL

	vos a concluir a vossa obra.
<i>O Liberal Rio-Grandense</i>	• A nossa liberdade, honra e existência política estão em perigo: Rio-grandenses, salvai a pátria! • Compatriotas, patenteai os vossos corações ao ingresso da verdade. • Briosos rio-grandenses salvem a integridade do Império e prezem o nome de brasileiros.

Nessa conjuntura, os discursos de revolucionários e legalistas, emitidos através da imprensa, intentavam justificar e legitimar as formas de agir e pensar de cada um dos grupos envolvidos no confronto. A imprensa farroupilha propunha-se a promover a defesa do “direito das gentes”, ou seja, das liberdades civis e de pensamento e expressão; do direito do povo de afastar os governantes de má administração; e do próprio direito à rebelião contra os governos considerados como tirânicos. Esse setor do jornalismo rio-grandino atacava abertamente as forças conservadoras, considerando-as retrógradas e reacionárias e apresentava também a ideia, em termos mundiais, do avanço dos ideais revolucionário-progressistas (Alves, 1996b. p. 41). Com a intensificação das disputas e a eclosão da guerra civil, essa imprensa passou a enaltecer os feitos e as atitudes dos farrapos, criticando a ação dos governistas. Por outro lado, o discurso dos jornais legalistas buscou demonstrar que seus articulantes eram os legítimos representantes das instituições rio-grandenses, da ordem e da estabilidade,

em oposição aos rebeldes que, segundo aquela concepção, pretendiam “anarquizar” a Província, ao promoverem a desintegração político-territorial do país e ao afastar o Rio Grande do Sul da “associação brasileira” (Alves, 1997. p. 107). Dessa maneira, cada um dos grupos buscou legitimar seus atos e anular os dos adversários, bem como contradizer os pronunciamentos e macular a imagem dos inimigos.

Assim, o discurso jornalístico de cunho político-partidário marcou a gênese da imprensa rio-grandina, bem como a da gaúcha e brasileira. Através de pronunciamentos ricos em concitações públicas, algumas vezes mais direcionados ao sentimento e à paixão do que ao raciocínio e à reflexão, foi entabulada, ao lado da luta armada, uma verdadeira batalha político-ideológica por meio das palavras, em um processo de construção/desconstrução discursiva entre revolucionários e legalistas. Nesse período, a imprensa exerceu importante papel, contribuindo em alta escala para a formação de uma tradição de disputas políticas entre grupos rivais, moldando vocabulários, pronunciamentos e formas de tratamento entre as partes em confronto. Formavam-se, desse modo, alguns dos dispositivos de manipulação da opinião pública por meio da imprensa, com a formação de identidades político-partidárias e a personificação do “nosso” e do “outro”, do “partidário” e do “adversário”, do “aliado” e do “inimigo”, em um conflito discursivo que iria marcar o comportamento do jornalismo ao longo dos diversos embates políticos, partidários e militares típicos da formação histórica sul-rio-grandense.

Referências bibliográficas.

ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique. *Revolução Farroupilha: história & historiografia*. Rio Grande: [s.n.], 1994.

ALVES, Francisco das Neves. A imprensa rio-grandina nos primórdios da Revolução Farroupilha. In: *Anais da XV Reunião da SBPH*. Curitiba: SBPH, 1996a. p.153-156.

ALVES, Francisco das Neves. Um “escritor público” na cidade do Rio Grande à época da Revolução Farroupilha. In: ALVES, F. N. & TORRES, L. H. (orgs.). *Ensaio de História do Rio Grande do Sul*. Rio Grande: FURG, 1996b. p.30-45.

ALVES, Francisco das Neves. Imprensa e Revolução Farroupilha: um estudo de caso do discurso legalista. *Histórica - Revista da APGH*. n. 2. Porto Alegre: APGH-PUCRS, 1997. p.101-107.

BARRETO, Abeillard. *Primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, 1986.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

MARTINS, Eleni J. *Enunciação & diálogo*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

REVERBEL, Carlos. Tendências do jornalismo gaúcho. In: *Fundamentos da Cultura Rio-Grandense*. Porto Alegre: Universidade do Rio Grande do Sul, 1957. 2ª série. p. 101-124.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993.

VIANNA, Lourival. *Imprensa gaúcha*. Porto Alegre: Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1977.

Imprensa e política: algumas reflexões acerca da investigação histórica

Nunca é demais lembrar ao povo os fatos culminantes de sua vida política, que hão de um dia figurar em todas as suas minudências, no grande livro da História Pátria. É preciso citá-los, esmerilhá-los e neles insistir, até que, perfeitamente conhecidas, possam ser devidamente avaliadas e a verdade brilhe inteira e cintilante como os raios do sol num lago de cristal. Silenciar, consentir que livremente se deslizem na corrente impura e caudalosa dos interesses vis, quantas mentiras e sofismas os especuladores políticos agitam, é sancionar as perversas intenções dos que vivem na Pátria e se comprazem em cavar-lhe a ruína.

Eco do Sul. Rio Grande, 9 nov. 1895.

Ao constituir um elemento essencial do desenvolvimento da maior parte das sociedades contemporâneas, tendo sua ação voltada aos mais amplos setores que caracterizaram e caracterizam essas mesmas sociedades, a imprensa ganhou de forma crescente – e hoje já totalmente consolidada – o *status* de “fonte histórica”, estando, portando, à disposição dos pesquisadores para, a partir dos jornais, analisar vários

dos elementos constitutivos que marcam a existência humana, sejam eles o social, o político, o econômico, o ideológico, o religioso, o cultural, entre outros. No que tange à história política, a qual vem sendo revitalizada nas últimas décadas, o jornalismo consiste uma fonte ímpar, deixando transparecer, de modo menos ou mais velado/aberto as ações, as alianças, os conchavos, os desmandos, as disputas, as críticas e as idiossincrasias que demarcam a vida política de uma dada comunidade.

Este trabalho pretende abordar um microcosmo desse universo de relações entre a imprensa e a política. Em um primeiro momento são destacados, de modo introdutório, alguns dos pressupostos básicos que compõem o jogo de inter-relações entre o jornalismo e a vida política, com ênfase para os fundamentos conceituais, para os elementos extradiscursivos e para as formações discursivas. Posteriormente, na forma de um estudo de caso, se realiza uma brevíssima incursão a um exemplo prático daquelas inter-relações, utilizando-se de algumas das construções entabuladas pela imprensa diária da cidade do Rio Grande, ao longo das duas últimas décadas do Período Imperial, chamando atenção para os conflitos discursivos empreendidos por essas folhas. Com este breve estudo se pretende prestar uma contribuição, ainda que pequena, para futuros trabalhos que venham a desenvolver análises junto ao jornalismo acerca da História Política.

Imprensa e História Política

Até há não muito tempo, a abordagem da História Política encontrava-se em pleno desuso e os

ENSAIOS DE HISTÓRIA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL

pesquisadores que se dedicavam a esse tipo de enfoque eram vistos com certo preconceito. Considerados verdadeiros “dinossauros”, fadados à extinção, esses historiadores foram acusados de promover um estudo histórico que não tinha mais espaço, de acordo com certas vertentes historiográficas, não estando, portanto, seguindo os ditames teórico-metodológicos da moda. Em grande parte, tal desdém para com a História Política adveio da errônea premissa que a História Política estava inexoravelmente ligada à história denominada de factual, episódica ou dos acontecimentos, construindo-se – a partir de uma errônea confusão – praticamente uma “palavra final” ou ainda uma “verdade absoluta” quanto à condenação da abordagem política na história. Essa confusão demarca um erro crasso, pois, mesmo que a história factual esteja estreitamente ligada ao político, a História Política não precisa ser (e muitas vezes não o foi, e não o é) episódica.

O exílio da História Política deveu-se também às tentativas no sentido de abandonar os fenômenos por ela abordados, os quais nem sempre são lineares, representando por vezes rupturas as quais em muitos momentos não são fáceis de explicar, criando obstáculos aos modelos pré-estabelecidos e considerados imutáveis nas interpretações históricas. Esse descarte sofrido revela também os limites impostos à história por algumas tendências reducionistas, elegendo um fator, seja o econômico, o social, ou o próprio político, como apanágio único e exclusivo de toda a construção histórica de uma determinada época. Além dessas, o que muitas vezes prevaleceu foram certos modismos na história os quais chegavam ao Brasil com a defasagem de algumas décadas. No entanto, desde o final dos anos

cinquenta e se afirmando ao longo dos decênios seguintes, no continente europeu, elo irradiador de diversas correntes historiográficas, a História Política passou por verdadeiro renascimento, em um movimento que chegaria bem mais tarde no contexto brasileiro. Surgia então um novo espaço para a História Política, agora renovada pelo constante contato multidisciplinar com outras áreas do conhecimento humano, pelas inovações no campo teórico-metodológico e pelos vários e diferenciados enfoques e objetos de análise¹.

Nos casos de estudos envolvendo a História Política o papel da imprensa avulta em importância, tendo em vista o caráter em geral lacônico que caracteriza muitos dos documentos oficiais no que tange às disputas e aos confrontos de natureza político-partidária. Nos jornais, ao contrário, esses conflitos encontram seu espaço de propagação, chegando o

¹ A respeito do processo de desvalorização e posterior renovação da História Política observar: JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (dir.). *História: novas abordagens*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 180-196.; DOSSÊ, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Ensaio, Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992. p. 225-230. DOSSÊ, François. A mania da fragmentação. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 6 ago. 1995. p. 12.; RÉMOND, René. Uma história presente. Do político. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 13-36 e 441-450.; TÉTART, Philippe. *Pequena história dos historiadores*. Bauru, EDUSC, 2000. p. 125-131.; e GÉRTZ, René. História Política. *Logos – Revista de Divulgação Científica*. Ano 11. Nº. 1. Canoas: ULBRA, 1999. p. 13-23.

ENSAIOS DE HISTÓRIA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL

jornalismo a servir como elo ou agente de combate entre diferentes tendências político-ideológicas. Nesse sentido, podem ser identificadas várias formas de utilização documentária da imprensa para as interpretações de natureza política, servindo o jornalismo como fonte de documentação geral – sobre os fatos e a opinião pública –, como fonte de documentação sobre os grupos e categorias sociais, e como fonte sobre a própria imprensa, estudando-se os jornais no seu conteúdo, na sua difusão, dependência e atuação junto aos grupos de pressão².

Ainda assim, por décadas, a imprensa sofreu graves preconceitos quanto ao seu conteúdo histórico, por ser considerada uma fonte “tendenciosa”. Essa desconfiança foi gradualmente sendo vencida, notadamente a partir da ampliação do raio de ação do historiador quanto a suas fontes, que não apenas as oficiais. Tal processo ocorreu tendo em vista que não é de hoje que “a história mudou a sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo”, e “sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo – ela organiza, recorta distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações”³. Foi nessa linha, que a imprensa passou a ser utilizada de maneira cada vez mais constante como importante manancial de

² DUVERGER, Maurice. *Ciência política: teoria e método*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 88-92.

³ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 7.

informações históricas⁴, vencendo-se gradualmente o preconceito, até pelo fato de que, em um grau maior ou menor, toda a fonte apresenta algum tipo de tendência.

Nessa linha, ainda que a imprensa se constitua em uma significativa fonte histórica, o historiador não deve perder, em nenhum momento de sua análise, a noção de que está trabalhando com um documento que apresenta os fenômenos históricos de acordo com as perspectivas daqueles que o produziram, ou seja, deve encarar o jornal como um verdadeiro instrumento que reestrutura a realidade⁵. Desse modo, as próprias tendências, distorções, distinções e/ou omissões marcantes nos pronunciamentos de grande parte dos jornais também se constituem em elementos para a

⁴ Sobre a importância atribuída à imprensa como fonte histórica ver: CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a História do Brasil. In: *Anais do V Simpósio Nacional de Professores Universitários de História*. São Paulo: FFCH/USP, 1971. v. 2. p. 225-232.; MELO, José Marques de. *Estudos de jornalismo comparado*. São Paulo: Pioneira, 1972. p. 31-34.; e CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, EDUSP, 1988. p. 20-26.

⁵ Nesse sentido, observar: MORIN, Violette. *Aplicação de um método de análise da imprensa*. São Paulo: USP, 1970. p. 7-8.; ROBIN, Régine. *História e linguística*. São Paulo: Cultrix, 1977. p. 63.; GLÉNISSE, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: DIFEL, 1977. p. 177.; RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1978, p. 198. e BARBOSA, Marialva. Jornalismo e história: um olhar e duas temporalidades. In: NEVES, Maria Lúcia B. P. das & MOREL, Marco (orgs.). *História e imprensa*. Rio de Janeiro: IFCH/UERJ, 1998. p. 87-88.

ENSAIOS DE HISTÓRIA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL

análise histórica, uma vez que demonstram as formas pelas quais os responsáveis pelos periódicos buscam estruturar (ou desestruturar) os acontecimentos de uma dada realidade, atuando assim na elaboração de uma construção discursiva. Assim, ao atuar como meio de comunicação, informação e divulgação/emissão de opinião, os jornais exerceram uma ação no sentido de construir um discurso.

O discurso pode ser definido como uma prática “resultante de um conjunto de determinações reguladas em um momento dado por um feixe complexo de relações com outras práticas, discursivas e não-discursivas”⁶, orientadas por um processo histórico. Nessa linha, o discurso tende a constituir um elemento que reflete as diversas características de uma sociedade, uma vez que, pela sua própria existência, ele “marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação” de “redes de memória” e “trajetos sociais”⁷. A historicidade do discurso se consolida à medida em que ele “se produz em condições determinadas e projeta-se no ‘futuro’”, bem como “porque cria tradição, passado, e influencia novos acontecimentos”. A partir desse contexto ficam demarcadas as construções discursivas entabuladas pelos jornais, já que “o discurso jornalístico toma parte no processo histórico de seleção dos acontecimentos que serão recordados no futuro”, tendo em vista que “ao selecionar está engendrando e fixando

⁶ ROBIN, Régine et alii. Discurso e ideologia: bases para uma pesquisa. In: ORLANDI, Eni P. (org.). *Gestos da leitura da história no discurso*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994. p. 82.

⁷ PÊCHEAUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990. p. 56.

sentido para estes acontecimentos”, o jornalismo “acaba por constituir no discurso um modo (possível) de recordação do passado”⁸.

O estudo dessas construções discursivas é fundamental, uma vez que “a redação de textos de imprensa é uma comunicação complexa tanto em sua preparação quanto em sua função”⁹. Torna-se, assim, necessário, na análise dos jornais, “relacionar texto e contexto”, buscando-se “os nexos entre as ideias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos”¹⁰. Trata-se, portanto, da necessidade da busca da “dimensão da exterioridade”¹¹ do discurso jornalístico, colocando-se “em evidência o problema das condições de produção como quadro de informação prévio e necessário a uma observação interna de cada

⁸ MARIANI, Bethania S.C. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, Eni P (org.). *Discurso fundador (a formação do país e a construção da identidade nacional)*. Campinas: Pontes, 1993. p. 33.

⁹ MOIRAND, Sophie. Situação da escrita, imprensa escrita e pedagogia. In: GALVES, Charlotte et alii. *O texto: escrita e leitura*. Campinas: Pontes, 1988. p. 95.

¹⁰ CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: CARDOSO, C.F. & VAINFAS, R. (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 378.

¹¹ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987. p. 354.

ENSAIOS DE HISTÓRIA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL

realidade discursiva”¹². Nesse sentido, é fundamental o conhecimento das “condições históricas para que apareça um objeto de discurso”, ou seja, das “condições históricas para que dele se possa ‘dizer alguma coisa’ e para que dele várias pessoas possam dizer coisas diferentes”¹³.

Essa relação do discurso com a sua “exterioridade” é marcada “pelo interdiscurso e seu modo de funcionamento (o pré-construído) que atesta, por seu lado, a presença no inter (o já-dito) no intradiscurso, sendo este a sequência que se está efetivamente realizando (formulando)”¹⁴. Esse processo se dá em dois sentidos de inter-relação, pois, assim como os fatores exteriores interferem na construção do discurso, este, por sua vez, “tem diferentes funções que agem de volta sobre as condições de produção”¹⁵. Nessa conjuntura, o estudo dos jornais permite a identificação de diferentes padrões editoriais, posturas políticas e/ou ideológicas e modos de pronunciar-se diante dos acontecimentos, de modo que cada um deles vem a desenvolver “um certo número de enunciados” e “semelhante sistema de dispersão”, podendo-se definir uma regularidade entre “os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas”, constituindo-se, assim, uma “formação discursiva”¹⁶. Em

¹² OSAKABE, Haquira. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Kairós, 1979. p. 46.

¹³ FOUCAULT. 1995. p. 51.

¹⁴ ORLANDI, Eni P. *Terra à vista – discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. São Paulo: Cortez, 1990. p. 43.

¹⁵ ROBIN, Régine et alii. p. 95.

¹⁶ FOUCAULT. 1995. p. 43.

tais condições, “o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal”, essa objetividade “reside no fato de que ‘algo fala’ sempre antes, em outro lugar e independentemente, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas”¹⁷.

Ao abordarem os assuntos de natureza político-partidária, os jornais empreendem construções discursivas que estão intimamente vinculadas à luta pelo poder, uma vez que a política consiste um dos lugares onde o discurso exerce, “de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes”, pois “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que e pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”¹⁸. Nesse sentido, o objetivo do discurso político “é vencer a luta através do jogo da desconstrução e reconstrução de significados, interpellando através da construção articulada de uma visão de mundo”, refletindo-se assim, por meio das palavras, as ideias e atitudes. Desse modo, o discurso político está intimamente relacionado “com o caráter de luta que a construção desse tipo de discurso envolve”, em um quadro em que essa “luta é o jogo do significado, é o jogo da construção do antagonismo”, ou seja, “cada discurso busca construir a sua visão de mundo em oposição à visão de mundo do inimigo” e esse

¹⁷ PÊCHEAUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988. p. 162.

¹⁸ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996. p. 9-10.

ENSAIOS DE HISTÓRIA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL

antagonismo passa a se construir “pelo esvaziamento do significado do discurso do outro”¹⁹.

De acordo com essa perspectiva, no que tange ao discurso jornalístico de natureza política, um dos elementos que se destaca é exatamente aquele ligado à construção de confrontos discursivos. Assim, os constantes enfrentamentos entre os diversos periódicos (típicos, por exemplo, do Brasil do século XIX) traduziam a formação de um “conflito discursivo” expresso nas páginas dos jornais, ou seja, a existência de “dois contextos discursivos antagônicos”, no qual “os interlocutores se constituem como dois lugares sociais com igual poder de palavra, mas adversários”, de maneira que esses dois contextos “se remetem a discursos em algum sentido em conflito e, nessas circunstâncias, a relação enunciativa se desenvolve como uma luta pela hegemonia de um deles”²⁰. Tomando-se por base o estudo dos jornais diários que circulavam na cidade do Rio Grande, nas décadas de sessenta a oitenta do século XIX é possível demonstrar algumas características desses conflitos discursivos.

¹⁹ PINTO, Céli Regina J. A sociedade e seus discursos. In: *Com a palavra o senhor Presidente José Sarney*. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 51-2 e 55.

²⁰ MARTINS, Eleni J. *Enunciação & diálogo*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990. p. 180-1.

Teoria e prática na pesquisa da História Política através da imprensa – o conflito discursivo: brevíssima incursão exemplificativa

O conflito discursivo expresso junto às práticas jornalísticas representa um jogo de influências que os jornais pretendiam executar em relação ao seu público leitor, uma vez que, “por meio do discurso” se “encerra várias espécies de ideias”²¹, já que a palavra favorece a estruturação de um pensamento, “na medida em que, projetada em conteúdo, ela própria é uma pequena estrutura”²². Nessa linha, o mais importante significado do discurso político emitido através da imprensa está ligado ao poder de convencimento de parte dos jornais para com os seus leitores, ou seja, a “eficácia dos discursos” está na “sua aptidão em suscitar a adesão de um conjunto de sujeitos”²³. É nesse sentido que uma das formas de se compreender o discurso político pode estar centrada na premissa de que ele se constitui na “história da passagem do poder próprio ao poder razoável”²⁴.

Durante o século XIX, a imprensa escrita constituiu-se na mais importante forma de comunicação

²¹ JOUVENEL, Bertrand de. *As origens do Estado Moderno: uma história das ideias políticas no século XIX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 23.

²² BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 151.

²³ MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, Ed. da UNICAMP, 1989. p. 117.

²⁴ BOLLÈME, Genevière. *O povo por escrito*. São Paulo: Martins Fontes, 1988. p. 49.

ENSAIOS DE HISTÓRIA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL

e expressão de modos de agir e pensar. Inaugurada a experiência no início daquela centúria, no caso do Brasil, o jornalismo iria se propagar através do território nacional indo atingir desde as grandes aglomerações populacionais até as mais longínquas e pouco povoadas localidades. As maiores cidades brasileiras constituíram-se então, por meio dos jornais, em verdadeiros polos irradiadores de notícias, opiniões, cultura e ideias. Na conjuntura sul-rio-grandense, as comunidades mais importantes do período tiveram nas práticas jornalísticas um significativo referencial de progresso e uma das marcas registradas de que os bafejos da “civilização” caracterizavam-nas. Nesse caso esteve inserida a cidade do Rio Grande, “porta de entrada” da Província através da qual fluíam produtos e pessoas das mais variadas origens, bem como os mais diversos ideais políticos que marcaram a vida regional e nacional de então.

Nesse sentido, a análise de um dos segmentos desse jornalismo rio-grandino constituiu-se em uma importante referência para uma melhor compreensão histórica do discurso político emitido pelo conjunto da imprensa brasileira da época. Ou seja, o estudo desse microcosmo discursivo permite o entendimento do universo que envolve a História Política gaúcha e brasileira e as maneiras pelas quais a imprensa apresentou a essas através de suas diversas formações discursivas. O discurso político-partidário tendeu a um revigorar a partir do final da década de 1860 até a mudança na forma de governo e, no jornalismo, iria transparecer claramente o incremento nas fricções e fissuras intra-partidárias entre as duas principais agremiações de então. Nos jornais diários rio-grandinos que circulavam no período – *Diário do Rio Grande*, *O*

Comercial, Artista e Eco do Sul –, através de diferenciadas estratégias discursivas, as disputas entre liberais e conservadores se fez presente, estabelecendo-se verdadeiro conflito discursivo entre as folhas representantes de um e outro ideal partidário.

O jornal *Diário do Rio Grande*, criado em 1848, constituiu-se em uma das mais significativas publicações da Província/Estado sul-rio-grandense, aparecendo como uma das primeiras folhas gaúchas de periodicidade diária que conseguiu garantir uma circulação regular por um longo período de sobrevivência. Sua longevidade chegou a permitir-lhe auto-proclamar-se como o decano da imprensa do Rio Grande, tendo circulado até o ano de 1910. Durante a sua existência, o *Diário* esteve ao lado das duas agremiações partidárias que predominaram na vida política do Brasil Imperial, defendendo as ideias conservadoras desde a sua criação até 1877 e atuando em prol do Partido Liberal entre 1878 e 1889, quando, com o advento da República, após um período de indefinição editorial, começou a desencadear-se o processo que levaria ao encerramento de sua publicação.

O *Comercial*, criado em 1857, por sua vez, foi um periódico diário que se caracterizou por dedicar-se mais diretamente à divulgação das informações de caráter mercantil. No entanto, a partir da inversão partidária de 1868, o jornal se apresentaria como um dos arautos do pensamento e das práticas do partido da ordem o qual promoveria, segundo a concepção daquele, o engrandecimento do país progressivamente, dentro das normas constitucionais, sem precisar apelar para atitudes que colocassem em risco a integridade das instituições nacionais, como era no caso da conduta dos

inimigos liberais, “revolucionários” e “subversivos” por natureza, de acordo com a opinião do jornal. Posteriormente, o periódico tendeu a suavizar seu discurso político, colocando-se em uma posição de doutrinário ou ainda de neutralidade, adotando uma postura apolítica, porém, a partir dos anos oitenta, retomaria a discussão em prol da agremiação conservadora. O desequilíbrio entre os interesses comerciais e a veemência na exposição das ideias político-partidárias foi um dos elementos mais importantes para determinar a decadência do *Comercial* durante a década de oitenta, levando ao seu desaparecimento nessa época.

Já o *Artista*, ainda à época de sua criação como um semanário (1862) manifestava alguns dos elementos que denotavam seu vínculo partidário, voltado ao ideário dos liberais, e, a partir da sua afirmação como periódico diário, a filiação ao Partido Liberal tornou-se cada vez mais enfática. Ao buscar consistir-se em verdadeiro doutrinário liberal, o periódico rio-grandino, notadamente nos momentos eleitorais ou de inversões partidárias, organizava seus pronunciamentos político-partidários de forma sistemática e até didática, no objetivo de um melhor convencimento do público para com a sua construção discursiva. Com a República, o jornal sofreria uma ruptura em sua linha editorial, de modo que seu discurso político teve de passar por um processo de adaptação, resultando em condutas que variaram de uma certa neutralidade até uma fase de completa indefinição editorial. Apesar de breves períodos de recuperação, a folha já deixava transparecer uma crise que levaria ao seu desaparecimento em 1912.

O *Eco do Sul* constituiu uma das mais longevas publicações sul-rio-grandenses, tendo durado de 1858 a 1934. As ideias e propostas expressas pelo jornal durante esse largo período de circulação foram de significativa importância no contexto gaúcho, mormente na zona sul da Província/Estado, convivendo a folha com marcantes momentos da evolução histórico-política do Rio Grande do Sul. Desde os seus primeiros tempos, o jornal filiou-se à causa do Partido Conservador, vinculação que se tornou ainda mais direta a partir da década de oitenta, quando o jornal transformou-se em um “órgão partidário”. Como uma publicação destinada à sustentação dos conservadores e à oposição aos liberais a folha moldou sua construção discursiva de acordo com as necessidades do jogo político-partidário do Período Imperial, de modo que a mudança na forma de governo representaria um rompimento nessa edificação, a qual teve de ser ajustada às novas circunstâncias de então. Contrário ao sistema castilhistaborgista, o periódico manteve o espírito oposicionista mesmo após o encerramento da Revolução Federalista. Somente a partir do final da primeira década do século XX, o diário rio-grandino promoveria uma mudança em sua conduta editorial, no intento de adaptar-se à nova fase na qual adentrara o jornalismo, através da proposta de manter-se como uma publicação “independente” de vínculos partidários, buscando garantir, assim, a sua sobrevivência, a qual se estenderia até a década de 1930.

Uma perspectiva do conflito discursivo entabulado através dos jornais rio-grandinos pode ser exemplificado a partir das formas pelas quais alguns dos diários se manifestaram diante das inversões partidárias ocorridas nos ministérios imperiais – 1868 e 1885

ENSAIOS DE HISTÓRIA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL

(ascensão dos conservadores e queda dos liberais) e 1878 e 1889 (ascensão dos liberais e queda dos conservadores) –, como demonstradas a seguir:

Síntese das construções discursivas emitidas pelos jornais *Diário do Rio Grande*, *Artista* e *Eco do Sul*, a respeito das inversões partidárias (1868-1889)

inversão partidária	<i>Diário do Rio Grande</i>	<i>Artista</i>	<i>Eco do Sul</i>
1868	APOIO: jamais se desenhara situação tão fagueira, como a da elevação do Partido Conservador ao poder.	*	APOIO: o novo ministério significava a garantia da prosperidade e do engrandecimento do país, que fora arremessado pelos liberais à beira do abismo. O Partido Conservador era o único capaz de salvar o Brasil na emergência em que se achava, tendo subido ao poder com a confiança da nação e da Coroa, para promover uma administração com base na moderação, nos princípios de rigorosa justiça, no respeito aos direitos de todos os cidadãos e na

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

			economia do dinheiro público.
1878	APOIO (acompanhando a virada política que a folha realizara): medida oportuna, sensata, patriótica, honesta, reparadora, era um acerto feliz e providencial, representando uma evolução hábil, conveniente, salutar, moralizadora e de grandes benefícios sociais.	APOIO: o novo ministério formado de patriotas, amigos sinceros do país e de caracteres distintos, incapazes de enganar a alguém, chegara ao poder por ser o legítimo representante das ideias do Partido Liberal, as quais estavam acolhidas e consagradas pela opinião pública; permitindo uma recuperação com relação à crise financeira, administrativa e governamental criada pelo decênio conservador e possibilitando	CRÍTICA: chamando os liberais ao poder, o Imperador prejudicava o país e violava o sistema que regia o mesmo. Os conservadores desciam como dignos cidadãos, de cabeça erguida, sem deixar uma só mácula no programa que se impusera, inspirado nas necessidades do partido e da nação. A nova situação era fraquíssima, trazendo em si o germe da desmoralização, pois nascera morta, constituindo-se o novo gabinete na sua certidão de óbito.

ENSAIOS DE HISTÓRIA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL

		o renascimento da esperança na consciência pública.	
1885	“NEUTRALIDADE” (período no qual a folha buscava sustentar uma posição de suavização discursiva): jornal sem vínculos partidários, não sentia a queda dos liberais nem regozijava-se pela ascensão conservadora, ficando indiferente a quem governasse, desde que bem governasse.	CRÍTICA: a administração conservadora seria transitória e efêmera, tendo em vista que as ideias e o programa político dos conservadores não conseguiriam se adaptar a uma etapa histórica “evolucionária” pela qual o país estaria passando, de modo que todas as reformas exigidas pela sociedade brasileira só poderiam ser obtidas a partir da permanência dos liberais no poder e não com os	APOIO: com a situação conservadora, uma nova época abria-se aos destinos do país, atrofiado pela política desorganizadora dos liberais. Novos e dilatados horizontes atendiam às aspirações nacionais que ambicionavam a ascensão do Partido Conservador, como uma necessidade pública. A ascensão conservadora era o único meio de por fim à situação verdadeiramente anormal pela qual passava o país.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

		retrógrados e reacionários membros do Partido Conservador.	
1889	APOIO: o país livrava-se do ministério conservador que de forma tão desagradável assinalara o seu período administrativo; a nova administração era entregue a homens de reputação feita e com um nome a zelar.	APOIO: a ascensão liberal era a boa nova, ansiosamente esperada, tendo em vista uma administração conservadora que fora amplamente prejudicial aos interesses do país, em um triste espetáculo de desmoralização e desordem; ao assumir o poder, em uma época de profunda crise, o Partido Liberal dava grande demonstração de seu patriotismo; ficava inaugurada uma nova	CRÍTICA: Ficavam fatalmente comprometidas as instituições, prejudicado o progresso e depauperado o Tesouro Nacional. O novo gabinete seria imensamente fraco devido às divisões do Partido Liberal, que não conseguira reunir seus homens de prestígio ou talento na composição do ministério, devendo gastar toda a sua habilidade para manter-se, diante do que seria violento ou nulo.

ENSAIOS DE HISTÓRIA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL

		fase de moralidade, justiça e progresso com liberdade.	
--	--	--	--

* A identificação da construção discursiva entabulada no período anterior a 1878 ficou inviabilizada pela falta de exemplares remanescentes.

Assim, em relação aos jornais diários, mesmo que o conteúdo político-partidário fosse delimitado em termos cronológicos e de espaço editorial, o confronto discursivo entre os partidos se fez presente. Através do conflito discursivo, davam-se verdadeiras relações de oposição a respeito dos diferentes atores que atuavam no cenário político de então. Caso do *Diário do Rio Grande* no qual, apesar da constante precaução de manifestar uma suposta neutralidade, muitas vezes pragmática aos interesses da folha, o conflito discursivo entre liberais e conservadores se tornou evidente, como exemplificado no seguinte quadro:

Relações de oposição nas formações discursivas do jornal *Diário do Rio Grande* entre 1868 e 1877 (fase conservadora) e 1877 e 1889 (fase liberal)

FASE CONSERVADORA	
O ALIADO	O ADVERSÁRIO
• Argos vigilantes na guarda da tranquilidade pública • partido que não cedia à	• facção anárquica e turbulenta, detentora de tendências maléficas,

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

ameaça de revolução, nem à grita inconsiderada de reforma • defensores da Constituição e da Monarquia	antimonarquistas e revolucionárias, estando regida por doutrinas subversivas • partido que confundia a liberdade com a anarquia e que defendia a resistência armada, quando fora do poder
• partido formado por indivíduos que buscavam o progresso feito com placidez de espírito e segurança, cujas ideias de reformas não constituíam passos arriscados e sim em medidas tomadas a partir de um maduro exame de suas bases, das possibilidades nacionais, estudando-as para conhecer se poderiam ou não serem dadas com toda seguridade • obedeciam às leis do aperfeiçoamento lento e gradual da sociedade • consideravam as reformas como um melhoramento da legislação, um desenvolvimento das instituições e uma consolidação das garantias já consagradas	• defensores de falsas teorias da liberdade, cujo único padrão político era negar as afirmativas dos conservadores, sendo opositores por sistema e vivendo ao capricho de conveniências passageiras • opressores e anarquistas, quando governam, o poder não tem limite, já na oposição, o poder não tem direitos • queriam reformas que significariam a ruína do que existia, a perturbação do regime constitucional e o aniquilamento das tradições
• pelejavam com moderação e bravura pela imprensa e pela tribuna, únicos campos de combate que o partido	• agiam com base na injúria e na intriga e, em vez de combaterem as ideias, esgotavam sua atividade em

ENSAIOS DE HISTÓRIA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL

reconhecia para a conquista do poder	impotentes desabafos de desgraçada raiva; utilizavam o insulto por argumento, a injúria por sistema, declamando por estilo e gritando por hábito
FASE LIBERAL	
O ALIADO	O ADVERSÁRIO
• defensores de ideais adiantados, liberais e democráticos • elementos adiantados que se identificavam com o progresso das ideias da época e não consentiam que corresse desaproveitada a grandeza do Império de Santa Cruz • partido forte e numeroso que promovia a máxima prosperidade do Império	• não tinham patriotismo, nem critério, eram inimigos da Pátria, esbanjadores dos cofres públicos, que reduziram o povo à miséria • ninguém fizera ainda maior mal ao Brasil do que o Partido Conservador
• partido que estremece pela salvação da Pátria, reconhecendo a necessidade de modelar seus atos nas bases mais largas da opinião popular	• não era um partido digno das simpatias da nação e das preferências do eleitorado patriota e independente

O Comercial, por sua vez, foi outro dos diários rio-grandinos que buscou propalar a ideia de que mantinha um comportamento apartidário. Essa propalada

“imparcialidade” esteve ligada ao grande interesse do jornal em manter a credibilidade de seus boletins comerciais, ainda assim, em suas manifestações de natureza partidária apareciam as relações de oposição, formulando-se a visão a respeito dos aliados e dos adversários, conforme exemplos do próximo quadro:

Relações de oposição nas formações discursivas do jornal *O Comercial* (conservador) entre 1868 e 1882

O ALIADO	O ADVERSÁRIO
- partido da ordem que combatia a anarquia - eram os portadores de ideias compatíveis com a prudência e a moderação, levando o país a seguir na sua marcha sempre progressiva, em direção a um alto ponto de prosperidade, sossego, melhoramentos materiais e importância - timoneiro prudente que guiava o Estado, livrando-o da guerra civil, da bancarrota e até da separação das partes preciosas que formavam o seu todo - queriam a liberdade plácida e tranquila e não o despotismo, a república e a licença - representava a bandeira da moderação, o paladino das garantias do povo	- energúmenos que desejavam inocular excessos políticos em um país embasado na sólida prática de uma liberdade regulada pelas leis - desejavam a anarquia, a ditadura e a república ensanguentada e descarnada com todos os seus horrores - portadores de um caráter subversivo e revolucionário, deixando entrever violência, revoluções e sangue

ENSAIOS DE HISTÓRIA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL

• massa compacta de homens sinceros, amigos de seu país que se reuniram para opor um dique à onda revolucionária que tem querido invadir o Brasil em nome da ambição e dos interesses particulares de alguns liberais	
• não eram refratários e sim os verdadeiros liberais	• composto de partes heterogêneas, apresentava um manto de arlequim para adornar o seu pretendido ídolo - a liberdade - e, para vencer, renega hoje o que havia dito ontem
• não pretendiam dominar pela força • jamais obrigariam os brasileiros a empunhar armas contra seus irmãos, querendo a liberdade sem derramamento de sangue	• adeptos do arbítrio e da violência
• levaram o país ao progresso e melhoramento moral • compunha-se de homens eminentes, com grandes serviços prestados ao país e de cuja escola política saíram os princípios sempre aplicados no progresso do Brasil • reunia em suas fileiras tudo quanto o Brasil possuía de	• zangão que devorava o mel com tanto labor fabricado na colmeia governativa e, passando pelo poder, acabara com o progresso das finanças, deixando por herança a miséria e os embaraços • planta parasita que nascera e se sustentara da seiva da

mais ilustrado, benemérito e patriota	massa da nação
• nunca consentira que o caráter de seus adversários fosse atado ao pelourinho da maledicência ou açoitado pelo insulto, ou que fosse derramado o fel amargo da mentira sobre as reputações daqueles	• combatia unicamente por vitupérios, inventando e propalando vícios e defeitos que não existiam

Apesar de uma identidade partidária mais declarada, o *Artista*, sempre fez questão de evidenciar sua filiação à prática de um jornalismo sério e doutrinário, argumentando que seguia os preceitos da escola liberal, inspirando-se em luminosas ideias tendentes à grandeza moral e política da Pátria e ressaltava o fato de que, mesmo liberal, não era órgão oficial de nenhum partido. Ao levar em frente sua missão doutrinária, o *Artista* também sustentou um conflito discursivo, sob o ponto de vista dos liberais, estruturando relações de oposição acerca dos partidos imperiais, dentre elas as seguintes:

Relações de oposição nas formações discursivas do jornal *Artista* (liberal) entre 1878 e 1889

O ALIADO	O ADVERSÁRIO
• defensores do progresso com moralidade e da liberdade que	• embasados em princípios retrógrados, praticavam uma

ENSAIOS DE HISTÓRIA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL

era o lema da bandeira liberal • levavam em frente a missão de empreender as grandes reformas nacionais, permitindo que o povo viesse a intervir na administração do país, assumindo a responsabilidade de seus destinos	política rotineira e uma administração timorata • partido sem ideias, sem princípios, sem objetivo econômico e social, preso à rotina, não estava apto a administrar o país em uma época de constante e ininterrupta evolução e desenvolvimento • mantinham uma ideia única e predominante de resistir a todas as aspirações nacionais, sob o lema da conservação própria
• verdadeiros patriotas, amigos sinceros de seu país • agremiação que tantos e tão assinalados serviços tem prestado ao país	• mediocridades políticas que pouco ou nada faziam pelo país
• caracteres distintos, incapazes de enganar a alguém	• convertiam o país em um campo de insolentes explorações, cevando sua ambições e cobiça à custa do suor dos contribuintes • esbanjavam o dinheiro público em proveito dos apaniguados, não o aplicando nas necessidades da nação. • especuladores que prejudicavam as finanças nacionais e aviltavam os princípios da honestidade e da moralidade

Já o *Eco do Sul*, notadamente quando se tornou órgão partidário, também fez questão de colocar-se no grupo dos jornais sérios, explicando que a expressão e defesa de suas convicções respeitavam uma postura essencialmente doutrinária. Constituindo-se no mais atuante dos diários rio-grandinos quanto aos temas partidários e políticos, o *Eco* também apresentou diversas relações de oposição ao descrever a atuação dos partidos monárquicos, como nesses exemplos citados no quadro que segue:

Relações de oposição nas formações discursivas do jornal *Eco do Sul* (conservador) entre 1868 e 1889

O ALIADO	O ADVERSÁRIO
• eram os propugnadores das doutrinas constitucionais, os amigos da ordem, a qual significava a liberdade coletiva • partido que queria e desejava ardentemente o progresso refletido da nação, o engrandecimento e a prosperidade do país, conservando as suas melhores instituições • realizadores das legítimas aspirações nacionais, aproveitando-se da experiência do passado	• inimigos da ordem e sectários da anarquia • agrupamento sem disciplina espiritual que conspirava perpetuamente contra todos os princípios da ordem • pregoeiros da revolução, procuravam acender o facho das guerras civis, levando à ruína do país e à trucidação das famílias • falsos apóstolos da liberdade que procuravam na revolução um meio para mais depressa subir ao poder

ENSAIOS DE HISTÓRIA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL

• a ideia conservadora não era sinônimo de regresso, nem emperramento, e sim, de reflexão, segurança, prudência, patriotismo e progresso pautado, sem entusiasmo louco, pretensioso e egoístico	• sempre inquietos e exagerados, gastavam suas forças em declamar contra os conservadores, sem inspirar nenhuma confiança
• eram os verdadeiros liberais, votando leis libérrimas que os liberais tinham deixado esquecidas nos arquivos • representavam os verdadeiros liberais brasileiros, pois, mesmo sendo alcunhado de partido retrógrado e estacionário, incompatível com o progresso, fora ele que dotara o país com diversas e importantíssimas reformas	• eram excelentes <i>fazedores</i> de ideias, mas absolutamente incapazes de realizá-las • partido que não respeitava os próprios ideais, pois, sempre que no poder, esquecia o passado e adormecia nos colchões da indolência, promovendo a decepção e sendo abandonado por não entabular as suas tão decantadas reformas • renegavam sua própria bandeira, pois seu programa não encerrava uma ideia que pretendessem realizar, e sim um meio de popularidade para subir ao poder, mistificando a opinião pública
• homens da probidade, dignos cidadãos, de	• sinecuras que desfalcavam o erário para

consciência pura, no poder, eram cidadãos honestos, políticos de sinceras crenças e partidários firmes e intransigentes nos princípios	satisfazer o número avultado dos famintos convivas que se grupavam à volta da lauta mesa do festim do orçamento
• não desciam ao terreno onde as paixões e os ódios se gladiavam, onde os caracteres se abstinham e os homens se amesquinavam, observando os preceitos impostos pela lealdade e pelo cavalheirismo, não fazendo do insulto arma de ataque e não procurando vencer pela virulência da palavra	• a imprensa liberal convertera-se em buzina difamatória, cujas armas estavam ensopadas no fel, no veneno da injúria e da calúnia, com que tentavam abater os mais nobres caracteres

Tal contexto de conflito discursivo, embasado na constante formulação de relações de oposição quanto a comportamentos, pensamentos e atitudes do que era o “nosso”, ou seja, o aliado/partidário, em que contraposição ao que era o “outro”, o opositor/adversário, levou a que certas regularidades discursivas fossem plasmadas no conjunto dos pronunciamentos político-partidários dos jornais diários rio-grandinos, à época da Monarquia. Nesse sentido, essas folhas buscaram empreender um processo de construção/desconstrução discursiva, respectivamente em relação a seus aliados e adversários. Enquanto intentavam defender a causa, promover o crédito, a confiança e o apoio às atitudes e às ideias do partido ao qual estavam vinculados, os periódicos tinham também

ENSAIOS DE HISTÓRIA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL

por objetivo desacreditar e deslegitimar todos os atos e o pensamento da agremiação contrária às suas convicções.

Discutia-se e formulava-se, assim, diversos conceitos e designações acerca de conservadores e liberais, que se tornavam alvo de constantes recorrências nas construções discursivas das folhas rio-grandinas, dentre eles a oposição entre ordem e revolução, anarquia e moderação, reformas graduais e imediatas; ou ainda a conferência de atributos, como probidade/desonestidade e competência/negligência na administração dos negócios públicos, práticas violentas e pacíficas; ou também de uma boa ou má conduta jornalística. Nessas regularidades discursivas, o núcleo comum concentrava-se na afirmação de que só o partido aliado – e jamais o adversário – teria os meios necessários para que Pátria (ou outras denominações como povo, nação, país), trilhasse o caminho do bem comum e do progresso.

Assim, através desse breve estudo de caso se pode observar algumas das características dos conflitos discursivos. Cada jornal, de acordo com as diversas conjunturas históricas e segundo as convicções e/ou conveniências de seus responsáveis, em uma rede que envolve fatores extra, intra e interdiscursivos, estabeleceu suas próprias formações discursivas a respeito da realidade. Nesse caso, a oposição entre o “sujeito” e o “outro” faz com que o “sujeito ‘funcione’, isso é, tome posição”, bem como “tome iniciativas pelas quais se torna ‘responsável’ como autor de seus atos”²⁵ e, a partir desses, busque o reconhecimento de suas práticas discursivas como merecedoras de crédito. Dessa

²⁵ PÊCHEAUX, 1988. p. 171.

maneira, o poder de um discurso está estreitamente vinculado à “força mobilizadora que ele exerce, quer dizer, ao menos em parte, do grau em que ele é *reconhecido* por um grupo numeroso e poderoso que se reconhece nele e de que ele exprime os interesses”²⁶, como ocorreu com os representantes da imprensa rio-grandina²⁷.

²⁶ BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 183.

²⁷ Texto publicado originalmente em: *História em Revista* (UFPel), v.7, p.93-115, 2001.

O processo político-partidário sul-rio-grandense e a criação da *União Nacional*

Os desacertos e cisões no seio dos partidos imperiais, o recrudescer da ação dos republicanos e a manifesta e crescente insatisfação dos militares levaram a um clima de profunda tensão que, associado à crise política, redundaria na queda da Monarquia, cujos alicerces vinham sofrendo profundas fissuras, ao longo das três últimas décadas, preparando-se o caminho para a mudança institucional de 15 de Novembro de 1889. A partir da instalação da República diversas correntes políticas, defendendo modos de agir e pensar diferentes e até divergentes entre si, passaram a atuar cada qual buscando defender seus princípios quanto a maneira pela qual seria institucionalizada a nova forma de governo. Essa época de transições foi então marcada por uma “grande movimentação de ideias, em geral importadas da Europa”, mas “na maioria das vezes, eram ideias mal absorvidas ou absorvidas de modo parcial e seletivo, resultando em grande confusão ideológica” (Carvalho, 1997. p. 42). Assim, liberais, positivistas, jacobinos, entre outros, disputaram entre si a primazia de moldar de acordo com seus ideais a incipiente República, além do que, militarismo e civilismo; federalismo e unitarismo; centralização e

descentralização; ditadura/autoritarismo e democracia foram temas debatidos à extenuação, durante os primeiros anos do processo de implementação da forma republicana de governo (ver: Paim. p. 203-205; e Carvalho, 1990. p. 24-27).

A partir da Proclamação da República, as especificidades político-partidárias sul-rio-grandenses tornaram-se ainda mais acentuadas, uma vez que, ao contrário do restante do país, que contou com uma republicanização relativamente mais tranquila, o Rio Grande do Sul, no período de implantação da nova forma de governo, passou por uma de suas fases de maior agitação partidária da qual adviria séria crise política e revolucionária. Mais uma vez o Rio Grande do Sul constituía um fator de instabilidade no contexto político brasileiro. Como à época da formação do Estado Nacional, agitada pelas rebeliões provinciais, dentre elas a Farroupilha, a mais grave delas; agora, com a instauração da República e uma nova fase de reordenação institucional, o Rio Grande do Sul novamente representaria um foco de agitação e crise, tendo em vista a fermentação, preparação e eclosão da Revolução Federalista (ver Love, 1977. p. 99-122; e Love, 1993. p. 15-18). No cenário político gaúcho, ao final do Império, o Partido Liberal constituía uma entidade bem arregimentada e forte, enquanto os republicanos, recém-alçados ao poder, ainda representavam uma agremiação pouco significativa em termos eleitorais. Em busca de destruir a máquina eleitoral dos liberais e consolidarem-se como os novos detentores do poder, os republicanos castilhistas nortearam sua atuação com base em práticas exclusivistas, de modo a alijar todos os possíveis adversários.

ENSAIOS DE HISTÓRIA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL

Do exclusivismo castilhistas não escaparam os antigos liberais, nem os conservadores, alguns dos quais se haviam tornado republicanos de última hora, e nem mesmo alguns dos republicanos históricos, formando-se, desde cedo, uma dissidência do PRR, já que Júlio de Castilhos não pretendia deixar espaço para que nenhuma outra personalidade pudesse vir a ofuscar a sua figura política. Essas exclusões levariam à formação de uma ferrenha oposição ao castilhismo, representada por aqueles diversos grupos alijados do processo político. As *derrubadas* típicas das inversões partidárias do Império, continuaram a se fazer presentes nos novos tempos republicanos, com incontáveis demissões por motivos políticos. Assim, além de constituir um conflito de natureza partidária, a disputa entre castilhistas e oposicionistas derivava-se ainda da luta pelo controle do aparelho do Estado (cfe.: Franco, 1962. p. 198-199; e Franco, 1993a. p. 13), bem como pelas diretrizes da política econômica a ser adotada, beneficiando esse ou aquele setor, essa ou aquela região, traduzindo-se também em um confronto por interesses regionais no âmbito estadual (ver: Baretta. 49-176; Fonseca, 1983; e Fonseca, 1993. p. 23-25).

Nesse quadro, formava-se um conflito que passaria do debate pela imprensa e pelo parlamento, às disputas eleitorais e ao meio extremo do enfrentamento bélico, gerando-se um confronto intra-oligárquico que marcaria toda a vida política sul-rio-grandense, ao tempo da República Velha (cfe.: Trindade). Ainda nos instantes iniciais da República - quando sob a ditadura do Governo Provisório do Marechal Deodoro da Fonseca, preparava-se o país para a formação de uma Constituinte responsável pela reordenação institucional,

adaptando-o à nova forma de governo –, a instabilidade política já se fazia sentir no Rio Grande do Sul, levando a que o Governo do Estado mudasse constantemente de mãos. O primeiro governante rio-grandense, nesse período, foi o Visconde de Pelotas, antigo líder liberal, os castilhistas, por sua vez, iriam ocupar os principais cargos do primeiro escalão governamental. Logo surgiram os desacertos entre o Governador, que tentava levar à frente uma política de conciliação, e seus assessores diretos, defensores que eram das práticas exclusivistas, e o governo do Visconde, que se iniciara com a Proclamação, não passou de fevereiro de 1890.

O ex-chefe liberal foi substituído pelo General Júlio Falcão Frota, com o qual cresceu a hegemonia castilhista. Esse general governou entre fevereiro e maio de 1890, afastando-se por desentendimentos com o governo central a respeito da instalação de instituições bancárias no Estado. Interinamente, assumiu o governo Francisco da Silva Tavares, antigo militante do Partido Conservador, cuja família havia ingressado “à última hora” nas hostes republicanas, e, portanto, não confiável aos olhos dos castilhistas. O novo governante viria a promover o expurgo dos adeptos do castilhismo, que reagiram e, aproveitando-se das festividades do 13 de Maio e das confusões originadas do conflito entre manifestantes e a polícia, promoveram um golpe para derrubar Silva Tavares que, sem o apoio da chefia militar, acaba afastando-se do governo, o qual só durara de 6 a 13 de maio de 1890. Provisoriamente, entre 13 e 24 de maio, o General Carlos Machado Bittencourt, Comandante das Armas no Rio Grande do Sul, assumia o Governo do Estado, até que o Governador nomeado

ENSAIOS DE HISTÓRIA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL

por Deodoro, o General Cândido José da Costa ocupasse aquele cargo, onde permaneceu até março de 1891.

Ainda em junho de 1890, o novo regulamento eleitoral promulgado pelo Governo Provisório visava assegurar a vitória do situacionismo, impedindo, assim, que setores oligárquicos ligados aos antigos partidos imperiais tivessem qualquer chance de vitória. Isso realmente viria a ocorrer nas eleições de setembro de 1890, nas quais foram escolhidos os membros da Assembleia Constituinte, instalada em novembro do mesmo ano. O Governo do Marechal Deodoro enfrentava uma crescente crise que se intensificou a partir de janeiro de 1891, quando foi desmanchado o primeiro ministério republicano e composto um novo sob a liderança do Barão de Lucena, antigo político conservador, da confiança do chefe do Governo Provisório. Em fevereiro de 1891, foi promulgada a primeira Constituição Republicana e, em seguida, a mesma Assembleia elegeu Deodoro da Fonseca como presidente constitucional.

No Rio Grande do Sul, a ascensão dos castilhistas tornava-se cada vez mais evidente, exercendo estes decisiva influência junto ao Governo do Estado. A derrubada de Silva Tavares agravava ainda mais os conflitos entre os seguidores de Júlio de Castilhos e os seus opositores, levando a que tais oposições buscassem uma certa aglutinação e organização. Surgiu, nesse contexto, em junho de 1890, a *União Nacional*, frente partidária que reunia membros dos extintos partidos imperiais, desgostosos com a situação reinante. A nova ordem político-partidária exigia, assim, que os tradicionais adversários da época monárquica viessem a buscar uma aliança em torno de um objetivo comum,

reagir ao castilhismo e à máquina eleitoral que vinha sendo montada pelo líder do Partido Republicano Rio-Grandense. Visando contemplar os interesses de seus componentes, não convergentes no passado recente, a *União Nacional* reuniu algumas das mais importantes lideranças gaúchas de então e apresentou-se como uma frente ampla, não se propondo a constituir uma agremiação partidária. Nessa linha, no próprio manifesto de criação ficava expresso que “a *União Nacional*” não é um partido que absorvesse todos os outros partidos nela coligados” (citado por Franco, 1993b. p. 13).

A *União Nacional*, assim, definia que seus objetivos consistiam em “reunir esforços em prol da ordem, da liberdade e da integridade nacional, vivendo com o povo e para o povo e nada mais”, colocando-se “sem compromisso com o governo, propunha-se a manter completa independência de ação, fiscalizando os atos do governo com plena liberdade”; considerava-se como “sem prevenções partidárias” não sendo “um partido que viesse disputar a outro partido a preeminência na opinião pública ou na posse do oficialismo”; afirmava ainda ser “um conjunto de partidos, podendo formar nessa aliança os cidadãos desagregados dos partidos existentes”, aceitando, “porém, toda a solidariedade com o governo nos casos em que ela fosse impreterível para a garantia da ordem, liberdade e integridade nacional” (citado por Osório. p. 61-62).

Essa frente unindo os antigos liberais e conservadores, além de alguns dos primeiros dissidentes republicanos, utilizou-se das páginas da *Reforma*, órgão do extinto Partido Liberal, como instrumento

ENSAIOS DE HISTÓRIA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL

doutrinário. Segundo seu próprio conceito, a *União Nacional* determinava que ela representava uma “congregação de esforços” tendo em vista os “fatos anômalos” e os “apuros do momento” que marcavam a conjuntura política sul-rio-grandense²⁸, constituindo-se

²⁸ Segundo as lideranças que formaram a *União Nacional* era caótico o quadro político gaúcho: “O Rio Grande do Sul está intranquilo, sem confiança no andamento pacífico da República, certo de que o poder não é o poder na órbita dos interesses públicos, em que devia com esmero conservar seus predicados naturais. Sombrias apreensões (...) assaltam hoje nosso espírito, com presságios funestos; não porque as tradições se convulsionem para reconquistar o perdido império político, mas porque os erros, as violências, as fragilidades, a esterilidade e a confusão administrativa, de que são culpados os diretores da política aqui iniciada, têm tudo agitado, obscurecendo a atualidade e tornando suspeito o futuro. Os direitos individuais e o prestígio do poder público estão despidos de suas garantias: a descoberto, neles se escancaram as chagas por onde lhes escorre a vida. (...) O desespero atual não tem filiação nas reminiscências dinásticas, ou nas ambições de velhos partidos, sangrando de si ressentimentos e despeitos contra as novidades da inversão orgânica da Pátria, que glorificam; não é a exprobração odienta ou egoística do passado, levantando-se contra as instituições ainda hibernadas nas regiões da ditadura, a exacerbada desconfiança que agora nos aflige e consterna. Não; ela nasce dos vícios e defeitos desta época estragada por manhas e audácias, (...) ela decai dos intuitos de ambições antipáticas à consciência popular; ela dimana dos desgovernos e das crises sucessivas que hão feito desaparecer da vida pública a respeitabilidade que deve ser atavio e resguardo da soberania. Esterilizar estes elementos de decomposição do corpo social; retirá-los do ambiente da vida civilizada que

em uma “concentração accidental de forças políticas até aqui inativas, ou que agiam isoladamente pelo influxo de seus ideias e para seus fins peculiares, sem destruir, porém, o princípio e as tradições que cada uma continha na sua formatura partidária”; pois “nenhum partido podia abstrair de seu passado, nem duvidar de seu futuro; nenhum podia confessar-se morto; todos, como batalhões de regiões diversas, podiam formar um exército, conservando as suas bandeiras e os seus fardamentos”. A coligação visava defender seus membros das tendências exclusivistas do castilhismo, como destacou um de seus participantes, explicando que “a *União Nacional* não é o que, cientificamente, se chama um partido político” e sim um “agrupamento de todos os cidadãos amigos da Pátria, que, tendo acolhido com dedicação a República, são vítimas do exclusivismo dos republicanos históricos, das violências e ultrajes que eles lhes infligem”, ou seja, “não é uma coalizão organizada para a agressão, mas para a defesa” uma vez que “o país é de todos, todos lhe dão o contingente do esforço pessoal e de sacrifícios, e, sendo assim, todos têm iguais direitos a intervir na sua administração”(citado por: Moritz. p. 141 e 143-144).

gozávamos é um incomparável dever cívico, cuja prática, por si só, constituirá alto título de benemerência. Um passo nesse patriótico intuito foi encaminhado. Representantes dos antigos partidos governamentais e propagandistas, ouvindo a vós do patriotismo, acordaram em reunir esforços, em prol da restauração da ordem e da liberdade, em ação comum, escoimada de prevenções partidárias, nesta época em que tudo, tudo é perturbação, perplexidade e aventura” (citado por Moritz, p. 139-140).

ENSAIOS DE HISTÓRIA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL

Congregando liberais, conservadores e dissidentes, a *União Nacional* foi a primeira articulação política a reunir, de forma mais organizada, as forças anticastilhistas e, de acordo com essa composição heterogênea, estabeleceu um conteúdo programático amplo e com poucas definições quanto ao pensamento e às práticas políticas. O programa dessa frente previa: a liberdade religiosa, através de “um regime de tolerância para todas as crenças, único que convinha a uma nação civilizada”; a liberdade civil, de modo a garantir “aos cidadãos brasileiros o livre exercício de seus direitos políticos”; a liberdade política, permitindo “ao eleitorado a livre escolha de seus representantes ao Congresso Nacional” o que só seria possível com a revogação do regulamento eleitoral vigente; “a restauração do regime representativo parlamentar, restringindo tanto quanto possível a ação do Poder Executivo, de maneira a limitar a influência pessoal do Chefe do Estado”, para que o que seria necessária uma reforma constitucional; e a descentralização política e administrativa, para que fosse possível realizar a “república federativa”, a qual seria “a aspiração do povo brasileiro” (citado por Osório. p. 67).

Apesar da criação dessa coligação, os castilhistas continuavam a cada vez mais predominar junto do Governo do Estado, contando com o prestígio do Marechal Deodoro que, entre apoiar a *União Nacional* – que tinha a ascendência dos liberais de Silveira Martins, inimigo pessoal do presidente – ou os republicanos seguidores do castilhismo, optou por estes. Júlio de Castilhos foi nomeado Vice-Governador do Estado, aumentando a sua já existente influência junto ao General Cândido Costa. O líder do Partido Republicano

Rio-Grandense passou a ser ainda mais prestigiado por Deodoro da Fonseca quando apoiou publicamente a candidatura deste à Presidência da República. Esse ato, no entanto, custou a formação de uma dissidência ao partido castilhistas, representada notadamente pelas figuras de Barros Cassal, que rompeu imediatamente com Castilhos, recusando-se a compor a chapa republicana, de Demétrio Ribeiro e de Antão de Faria que, após eleitos representantes na Constituinte, também ingressariam no grupo dos dissidentes republicanos.

Nas eleições à Assembleia Constituinte, a União Nacional optou pela não participação no pleito, propondo a abstenção de seus eleitores nesse sufrágio. Com isto, a chapa do Partido Republicano Rio-Grandense foi eleita na íntegra, sob as denúncias de corrupção e fraudes eleitorais de parte dos oposicionistas. Os castilhistas continuavam seu trabalho de dismantlar a máquina político-eleitoral dos liberais e de montar uma própria que lhes garantisse a continuidade no poder. A *União Nacional* fazia questão de ressaltar o seu papel de frente oposicionista à situação gaúcha, denunciando “a época de incertezas que atravessamos” e “a falta de plano político dos atuais governantes”. Essa postura oposicionista era justificada diante da “política atual, cujos diretores violam os mais sagrados direitos populares, ocupados que estão na obra antipatriótica dos arranjos partidários, com prejuízo manifesto dos reais interesses de nossa terra”. Para os membros da coligação oposicionista, “a nossa amada terra está ainda fora da lei, porque assim convém aos diretores da nefasta política que está arruinando a antiga província, diretores, cujo único ideal conhecido é a conservação do poder”, mesmo que isso “lhes haja

ENSAIOS DE HISTÓRIA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL

custado o sacrifício dos princípios políticos, dos compromissos solenes, da doutrina antes sustentada na imprensa e na tribuna” (citado por: Moritz, p. 171).

Para as eleições de 1891 à Assembleia Estadual, a *União Nacional* decidiu concorrer ao pleito, justificando que o não fizera antes tendo em vista o “dever cívico” de evitar uma possível guerra civil. Agora, no entanto, a frente de oposição ao castilhismo considerava que estava “em jogo nosso bem estar, nossa tranquilidade, nosso futuro, nosso progresso, nossa civilização, tanto no presente como no futuro”, uma vez que chegara “a época em que o povo rio-grandense dever recuperar o seu lugar, pela reivindicação de seus direitos, pela conquista das liberdades” (Moritz, p. 173) os quais haviam sido retirados pelos detentores do poder de então²⁹. A ação da *União Nacional* não seria duradoura,

²⁹ Segundo os membros da *União Nacional*: “Nunca houve pleito de tão grande importância para nós. Das urnas resultará: ou a vitória da liberdade sobre o regime opressor que nos está afligindo, ou a perpetuidade deste, o que será o maior mal que possa ameaçar a sociedade rio-grandense. Ou reconquistaremos os direitos e as liberdades perdidas, ou desceremos à posição aviltante de homens escravos. (...) Já nos é permitido ter alguma dúvida sobre a situação a que será sujeito o Rio Grande do Sul, se cruzarmos os braços, permitindo a permanência do abominável poder que está massacrando todas as nobres aspirações de um povo amante da liberdade e do progresso. (...) É necessário que nossos patrícios se convençam de que, por maiores que sejam os sacrifícios que tenhamos de fazer, a liberdade, a honra, a felicidade do Rio Grande do Sul têm a eles indiscutível direito. (...) Exercemos com a calma e com a energia de patriotas esse direito. Não transijamos com ele. Unamo-nos rio-grandenses.

apesar da decisão de participar das eleições estaduais de 1891, essa resolução acabaria passando por uma transformação, tendo em vista uma nova aliança, agora com os recentes dissidentes republicanos, com a criação do Partido Republicano Federal, de modo que as oposições ao castilhismo lançavam candidaturas conjuntas ao futuro pleito. Essa novel aliança também não obteria um sucesso eleitoral e viria a demonstrar, futuramente, o quanto eram tênues os elos que associavam as diversas frentes de oposição ao castilhismo, revelando a heterogeneidade político-ideológica entre esses diversos segmentos oposicionistas.

Assim, a *União Nacional* representou a primeira organização na qual se articularam alguns dos principais representantes das forças anticastilhistas gaúchas. Visando a reunir alguns dos “ilustres rio-grandenses” que haviam servido nos partidos monárquicos, bem como a primeira leva dos propagandistas republicanos dissidentes, tal frente buscava congregar diversos setores descontentes com os rumos que os novos governantes

Congreguemos esforços. Convoquemos nossos compatriotas, concitando-os à próxima luta, que é da liberdade contra a tirania disfarçada. Não sejamos surdos aos gritos de dor que solta a Pátria rio-grandense, oprimida pelos falsos apóstolos da democracia. Empreguemos todos os meios legais para conquistarmos um regime de liberdade, garantidor da ordem, da paz, do progresso, da civilização da nossa querida terra. Tal será o significado de nossa vitória. Sejam pela paz, pela ordem, mas, também, pela liberdade, que, única, nos pode garantir aquelas. (...) Tenhamos firmeza, que se trata dos destinos de nossa amada Pátria rio-grandense. O governo pertence à maioria e a maioria somos nós” (citado por Moritz, p. 173-175).

ENSAIOS DE HISTÓRIA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL

davam à forma de governo instaurada a 15 de Novembro e/ou os aliados do controle do aparelho do Estado por causa das práticas exclusivistas de Júlio de Castilhos e seus sectários. A largueza das propostas contidas no programa dessa frente oposicionista revelava as intrínsecas diferenças entre os vários segmentos que a compunham, direcionando-se a uma ampliação geral das liberdades religiosa, civil e política, à alteração das regras eleitorais, à descentralização político-administrativa e à reforma constitucional, restringindo os poderes do Executivo e implantando o parlamentarismo.

Ao propor “a ordem e a liberdade em ação comum”, a *União Nacional*, lembrando os lemas de conservadores e liberais, respectivamente, procurava demonstrar que haviam se encerrado as cizânias do passado entre os antigos adversários, agora unidos em torno do confronto com um novo inimigo em comum. A luta e as concitações públicas promovidas pelos membros da agremiação oposicionista passaram a se direcionar ao embate entre a “liberdade” e a “tirania”, ou seja, era a união de forças que, ainda que heterogêneas em diversos pontos de seu pensamento e de sua prática política, aglutinavam-se tendo em vista um único objetivo - o combate ao castilhismo. Nesse quadro, a *União Nacional* assinalou a primeira congregação das forças anticastilhistas, inaugurando uma série de articulações entre esses grupos que viriam a formar-se ao longo da vida política sul-rio-grandense, em constantes recorrências que traduziriam os enfrentamentos na tribuna, por meio da imprensa, ou ainda através das armas. Inaugurava-se, assim, a tradição das oposições gaúchas de lutar por uma

almejada, ou ao menos idealizada *verdadeira república*, pois, como os próprios manifestos da *União Nacional* expressavam, aquela frente vinha ante o país para “demonstrar que eficazmente quer que a República seja uma verdade, a liberdade, uma realidade, embora a muitos republicanos pareça que uma e outra possam ser adiadas para tempos infindos” (citado por Moritz, p.143)³⁰.

Referências bibliográficas:

BARETTA, Silvio Rogério Duncan. *Political violence and regime change: a study of the 1893 civil war in Southern Brazil*. Pittsburgh: University of Pittsburgh, 1985.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *RS: economia e conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Revolução Federalista: uma interpretação*. In: ALVES, Francisco das Neves &

³⁰ Texto publicado originalmente em: *Biblos* (FURG), v.12, p.21-28, 2000.

ENSAIOS DE HISTÓRIA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL

TORRES, Luiz Henrique (orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1993. p. 23-25.

FRANCO, Sérgio da Costa. O sentido histórico da Revolução de 1893. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1962. 5ª série. p. 191-216.

FRANCO, Sérgio da Costa. Panorama geral da Revolução Federalista. In: ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique (orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1993a. p. 11-14.

FRANCO, Sérgio da Costa. *A Guerra civil de 1893*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993b.

LOVE, Joseph L. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Bóris (dir.). *História geral da civilização brasileira*. 2.ed. São Paulo: DIFEL, 1977. v. 8. p. 99-122.

LOVE, Joseph L. Reflections on the Revolution of 1893. In: ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique (orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1993. p. 15-18.

MORITZ, Gustavo. *Acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul 89 - 90 - 91*. Porto Alegre: Tipografia Thurmman, 1939.

OSÓRIO, Joaquim Luís. *Partidos políticos no Rio Grande do Sul (Período Republicano)*. Porto Alegre: Globo, 1930.

PAIM, Antônio. Liberalismo, autoritarismo e conservadorismo na República Velha. In: BARRETO, Vicente & PAIM, Antônio (orgs.). *Evolução do pensamento político brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989. p. 203-250.

TRINDADE, Hégio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano sul-rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sergius (orgs.). *RS: economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 119-191.

Pródromos do protagonismo: a presença de Getúlio Vargas nas caricaturas da revista *Careta* à época da Aliança Liberal (agosto de 1929 a março de 1930)

As transições presidenciais à época da República Velha foram recorrentemente caracterizadas como processos estáveis e sem maiores agitações, como se fosse um alternar pacífico e modorrento entre paulistas e mineiros. Ainda que tal característica tenha sido uma das mais comuns, houve também momentos de exacerbação política em algumas daquelas passagens de poder, como foi o caso da Campanha Civilista, da Reação Republicana e da Aliança Liberal. Nessas disputas eleitorais ocorreram níveis variáveis de ruptura oligárquica, com o surgimento de candidaturas oposicionistas que se antepunham às oficiais, na tentativa de trazer algum nível de mudança em relação ao controle do aparelho do Estado.

A mais grave dentre essas rupturas oligárquicas foi a Aliança Liberal. De acordo com as negociações prévias que se tornaram a moeda corrente da época, o Presidente Washington Luís deveria ser sucedido por um político mineiro, entretanto, preocupado com a manutenção da política de valorização do café, a

autoridade pública optou pelo lançamento da candidatura de outro paulista, Júlio Prestes. Insatisfeito com a decisão, o governante mineiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrada iniciou um processo de articulações com outras oligarquias no sentido de fomentar uma chapa oposicionista. Diante das tratativas, a oposição lançou o nome do gaúcho Getúlio Vargas, liderança sulina em ascensão, ao qual se associou o paraibano João Pessoa, como um representante do segmento oligárquico nordestino. Ao lado de sul-rio-grandenses, mineiros, paraibanos e outras oligarquias esteve também uma ala da dissidência paulista. Daí em diante se desenrolaria uma campanha eleitoral que ganhou certa magnitude, entre o candidato oficial e o grupo oposicionista, o qual assumiu a denominação de Aliança Liberal.

A formação da Aliança Liberal foi marcada por diversas incertezas, idas e vindas, avanços e recuos, tendo em vista os riscos que uma ruptura oligárquica representava para o grupo de oposição, cujas chances de vitória eram bastante reduzidas, tendo em vista o ritmo de uma máquina eleitoral bem estruturada e que manteve o sucesso da candidatura oficial por décadas a fio. A crise econômico-financeira de 1929 viria a agudizar ainda mais a disputa eleitoral brasileira, com a necessidade de que cada concorrente se posicionasse na busca por soluções perante aquele colapso que mudaria os rumos do modelo capitalista até então vigente.

Enquanto a candidatura de Júlio Prestes assumia um caráter de continuidade do *status quo*, com a manutenção dos ditames vinculados ao liberalismo clássico, a Aliança Liberal buscava mostrar-se como uma alternativa viável e mais condizente com os novos tempos que se anunciavam. Nesse sentido, os aliancistas,

ENSAIOS DE HISTÓRIA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL

que tinham uma matriz social igualmente oligárquica e que, até então, haviam usufruído do modelo eleitoral vigente, viram-se na contingência de apresentar uma pauta diferenciada, de modo a criar algum tipo de identidade e se contrapor ao adversário. Assim, a chapa oposicionista apresentou como palavra de ordem a modernização, a qual deveria se estender ao campo político, com uma proposta de moralização da coisa pública e uma reforma eleitoral que instituísse o voto secreto e uma justiça eleitoral; ao contexto social, com proposições que deveriam vislumbrar os interesses das classes médias e dos trabalhadores, então ascendentes numericamente; e ao âmbito econômico, visando à criação de estruturas que ampliassem as potencialidades industriais do país, de modo a vencer o tradicional modelo de amplo predomínio agroexportador. O conteúdo programático aliancista era amplo e multifacetado, no sentido de atender o melhor possível os desígnios das diversas frentes que compunham a agremiação partidária.

Apesar dos ideais inovadores e de certa mobilização em meio à sociedade, a Aliança Liberal acabaria por ser derrotada pela candidatura oficialista, comprovando que o sistema político-eleitoral vigente permanecia incólume. Ainda assim, tal ruptura oligárquica teve um papel fundamental para a derrocada do regime vigente, constituindo uma das mais profundas fissuras que, junto de outros tantos fatores, levaria a um desgaste indelével, o qual traria consigo o derruir definitivo da República Velha. Não foram as urnas, entretanto, que promoveram tal mudança, a qual só se desencadeou a partir do espocar de focos revolucionários e de um golpe militar a partir dos quais

ocorreria a queda de Washington Luís, o último Presidente da denominada Primeira República, vindo em seu lugar a ascensão do próprio líder da Aliança Liberal, que subiria ao poder com a promessa da fundação de uma República Nova³¹.

A partir da campanha da Aliança Liberal, surgia no horizonte da política nacional um novo personagem que começaria a ganhar terreno no cenário político. Tratava-se de Getúlio Dorneles Vargas, típico representante da oligarquia gaúcha, da região da

³¹ Acerca do contexto histórico da época, ver: ALVES, Francisco das Neves. *Articulações, avanços e recuos na formação da Aliança Liberal*. In: ALVES, Francisco das Neves. *Getúlio Vargas, Rio Grande do Sul e Estado Novo: ensaios históricos*. Lisboa; Rio Grande: Cátedra Infante Dom Henrique; Biblioteca Rio-Grandense, 2018. p. 9-18.; ALVES, Francisco das Neves. *Uma introdução à História do Brasil – da Crise dos anos 20 ao Estado Novo: breve abordagem documental*. Lisboa: Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 2021.; CARONE, Edgard. *Brasil – anos de crise (1930-1945)*. São Paulo: Ática, 1991.; IGLÉSIAS, Francisco. *Trajatória política do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.; FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.; FAUSTO, Boris. A crise dos anos vinte e a Revolução de 30. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira – Brasil Republicano*. São Paulo: DIFEL, 1978, v. 2, t. 3, p. 401-426.; e FERREIRA, Marieta de Moraes & PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do liberalismo oligárquico – da proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889-1930)*. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 373-401.

ENSAIOS DE HISTÓRIA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL

Fronteira. Ele tentara ser militar, mas acabara seguindo a carreira jurídica, atuando como promotor e advogado. Em seguida, passaria a desempenhar papel na política gaúcha, tornando-se deputado à Assembleia dos Representantes. Mais tarde viria a ser membro da Câmara Federal e chegou a atuar como Ministro da Fazenda do último governo da República Velha. Tornou-se Presidente do Rio Grande do Sul, substituindo o tradicional político Borges de Medeiros, que, por décadas, ocupara o poder no Rio Grande do Sul. Do estatual ao federal, seu nome começou a ganhar certa magnitude e a Aliança Liberal serviria para catapultá-lo de vez à condição de candidato minimamente viável para ocupar a Presidência da República.

Nesse quadro, Getúlio Vargas passou a tornar-se figura reconhecida, que contou com ampla cobertura por parte da imprensa, bastante interessada em mostrar ao público em geral quem era aquela ascendente liderança rio-grandense-do-sul, que resolvera empreender voos mais altos, ambicionando o maior cargo eletivo da República. Em meio às tradicionais presenças de paulistas e mineiros, uma ou outra vez, entremeadas por presidentes oriundos de outros Estados, agora aparecia um gaúcho como alvo dos holofotes jornalísticos. Dentre as publicações brasileiras, uma das que deixou claro esse interesse no líder aliancista foi a *Careta*, uma das mais qualificadas revistas nacionais da época.

A *Careta* começou a circular em 1908, com uma proposta inovadora, vindo a tornar-se extremamente popular, ao realizar a análise e a tipificação da sociedade carioca, além de praticar a crítica política e de

costumes³². Constituiu uma revista de variedades, com ênfase no humor, vindo a alcançar grande circulação e destacando-se na imprensa ilustrada da época³³. Tinha a intenção de manter um teor de pilhéria, além de um programa vasto e sedutor para o público que apreciase as “sessões galantes do jornalismo *smart*”³⁴. Além do apelo de cunho popular, ambicionando atingir um grande público, buscava também conquistar uma audiência de âmbito nacional³⁵, chegando sua circulação e distribuição a cobrir grande parte das maiores cidades do país. Ela pretendia trazer ao público uma “série de *caretas*” para formar “um alentado álbum”, com todas elas “consagradas à sadia tarefa de provocar o riso”³⁶. Tornou-se assim, uma criação gráfica, literária e artística, demarcada pelo bom gosto da sua arte sempre atual,

³² SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. p. 302.

³³ COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: MARTINS, Ana Luiza & LUCA Tania Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 116.

³⁴ MAUAD, Ana Maria. O olho da História: fotojornalismo e a invenção do Brasil contemporâneo. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco & FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2006. p. 374.

³⁵ CORRÊA, Felipe Botelho. The readership of caricatures in the Brazilian Belle Époque: the case of the illustrated magazine *Careta* (1908-1922). In: *Patrimônio e memória*. São Paulo, Unesp, v. 8, n.1, p. 81, janeiro-junho, 2012.

³⁶ CARETA. Rio de Janeiro, 5 jun. 1909.

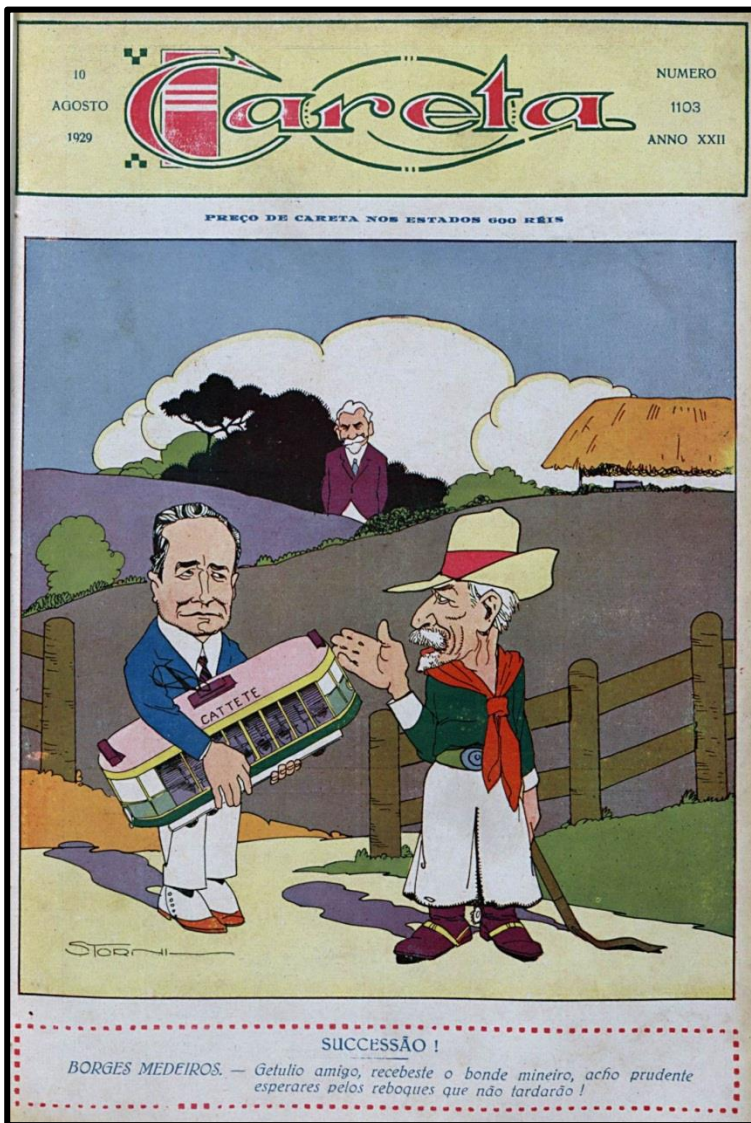
ENSAIOS DE HISTÓRIA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL

vindo a desfrutar de imenso prestígio tanto em meio às classes intelectuais, quanto no seio do povo³⁷.

Como era típico das revistas, a *Careta* destacava-se por conteúdos textuais em geral mais breves e diretos e por um impactante conteúdo visual, com uma recorrência massiva de fotorreportagens. A composição imagética era ainda demarcada pela prática satírico-humorística manifestada por meio das caricaturas, com as quais a publicação praticava um jornalismo jogo-sério, ou seja, refletindo a respeito das vivências socioeconômicas e político-ideológicas por meio do humor. Em meio a tais representações caricaturais, a Aliança Liberal teve destaque, bem como o personagem que encabeçava a chapa oposicionista. Nessa conjuntura, uma das primeiras aparições de Getúlio Vargas deu-se na capa da revista, na qual o político recebia conselhos do antigo líder republicano gaúcho Borges de Medeiros, a respeito da “Sucessão”. Ao fundo aparecia a liderança mineira Ribeiro de Andrada, que teria passado a Vargas o “bonde do poder” em direção ao Catete, sede presidencial e verdadeiro símbolo de então do poder. Com malícia e experiência, o velho republicano aconselhava o jovem a esperar novos “reboques” para aquele meio de transporte, ou seja, apontava para a necessidade da busca por outros apoios que sustentassem melhor a Aliança Liberal³⁸.

³⁷ LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. v. 1, p. 149-150.

³⁸ CARETA. Rio de Janeiro, 10 ago. 1929.



ENSAIOS DE HISTÓRIA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL

Em outra capa, o Jeca, tradicional representação do povo brasileiro, observava a disputa eleitoral com o enfrentamento entre Júlio Prestes, associado ao consumo do cafezinho, e Getúlio Vargas, relacionado ao gosto pela erva-mate. Enquanto o primeiro mostrava uma moeda com a efígie de Washington Luís, em alusão à busca pela estabilidade econômica e à continuidade administrativa, o outro ostentava o lenço vermelho da oposição e levantava tabuleta com a qual divulgava três dos pontos programáticos da Aliança. O Jeca-Povo, por sua vez, encontrava-se sobre um vulcão e, preocupado com tanta tensão, dizia que, entre as duas opções, iria escolher um chá que servisse para lhe acalmar. O enfrentamento também se dava com a presença dos dois concorrentes que assistiam com olhares irônicos à ação de um político que tentava equilibrar-se em uma corda bamba, no sentido de manter a neutralidade perante a disputa, na busca de não haver risco aos seus ganhos pecuniários. Em outra caricatura, Vargas, vestido “à gaúcha”, afiava a sua faca, ao passo que, carregando nas cores da ironia, tecia um comentário bem discrepante em relação ao seu ato, pregando “calma, prudência e nada de precipitações”, uma vez que estaria a pretender manter a sua “campanha dentro da ordem e da tranquilidade”³⁹.

³⁹ CARETA. Rio de Janeiro, 17 ago. 1929.



ENSAIOS DE HISTÓRIA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL



A competição entre Vargas e Prestes foi também demonstrada pela *Careta*, como uma corrida de cavalos, na qual cada um dos presidenciáveis era um jóquei concorrente, sendo o primeiro treinado por Ribeiro de Andrada e o segundo por Washington Luís, que buscava lembrar ao seu treinado tudo que estava em jogo naquele páreo. Referindo-se à ruptura entre as oligarquias dominantes – paulistas e mineiros –, o periódico ilustrado mostrava Vargas e Ribeiro de Andrada equilibrando o queijo mineiro, enquanto Washington Luís controlava o facão da maioria, fator decisivo para a causa situacionista. Perante a cena, o “povo”, com base no axioma popular, constatava que, pela primeira vez os governistas deixaram de estar com a faca e o queijo em suas mãos⁴⁰. Sob o título “Via-crúcis”, a revista mostrava um diálogo entre o Jeca-Povo e Getúlio Vargas, no qual o primeiro perguntava porque o outro não deixava crescer a barba, ao que o interlocutor respondia que assim não o fazia por ser exatamente a sua meta a de colocar “o cavanhaque abaixo”, em referência ao embate contra Washington Luís⁴¹. Um aliado apontado como de pouco potencial eleitoral aparecia de carona com Vargas no avião da Aliança Liberal, e, segundo este, a aeronave tinha potencial, mas apresentava dificuldades na decolagem, ao que o “Zé”, outra típica representação do povo brasileiro, aconselhava o político a desfazer-se do “peso” vinculado ao passageiro⁴².

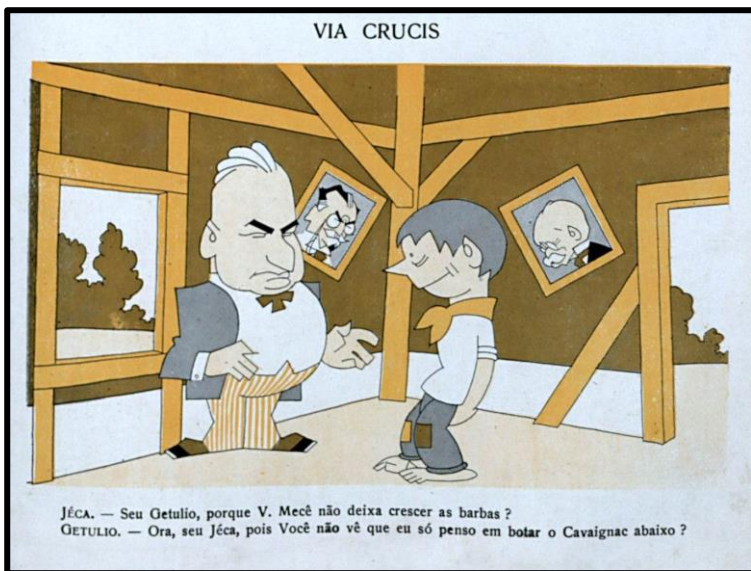
⁴⁰ CARETA. Rio de Janeiro, 24 ago. 1929.

⁴¹ CARETA. Rio de Janeiro, 31 ago. 1929.

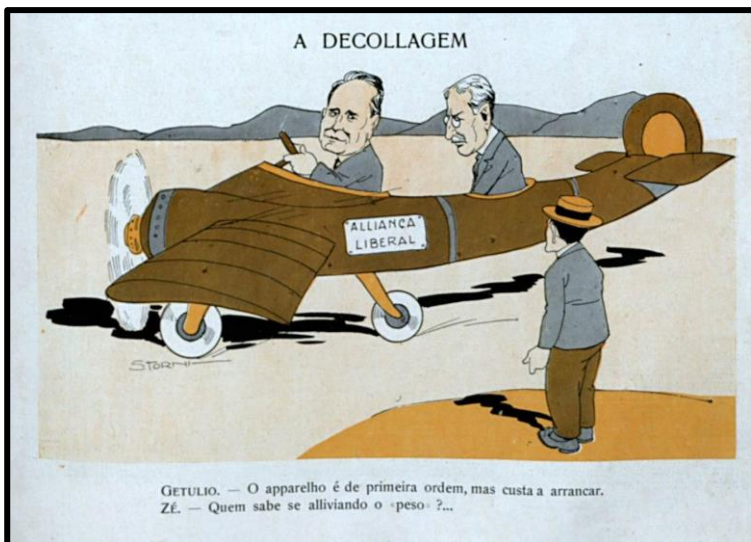
⁴² CARETA. Rio de Janeiro, 7 set. 1929.

ENSAIOS DE HISTÓRIA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO
SUL





ENSAIOS DE HISTÓRIA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL



Um Getúlio Vargas mais uma vez em trajes considerados como típicos do gaúcho, carregava na garupa de sua montaria uma figura feminina que levava o barrete frigio, em referência à democracia, enquanto dizia aos transeuntes que acreditava na sua vitória, desde que houvesse lisura eleitoral, sem deixar de fazer alusão às possíveis fraudes que então comumente afetavam o resultado das urnas⁴³. Mantendo a indumentária, Vargas carregava malas alusivas à sua capacidade oratória e aos “princípios e fins” que defendia dizendo-se, com entusiasmo, pronto para “colher os frutos do liberalismo”, que haviam sido semeados e estariam maduros e prontos para a colheita. Em resposta, outro político gaúcho, João Neves da

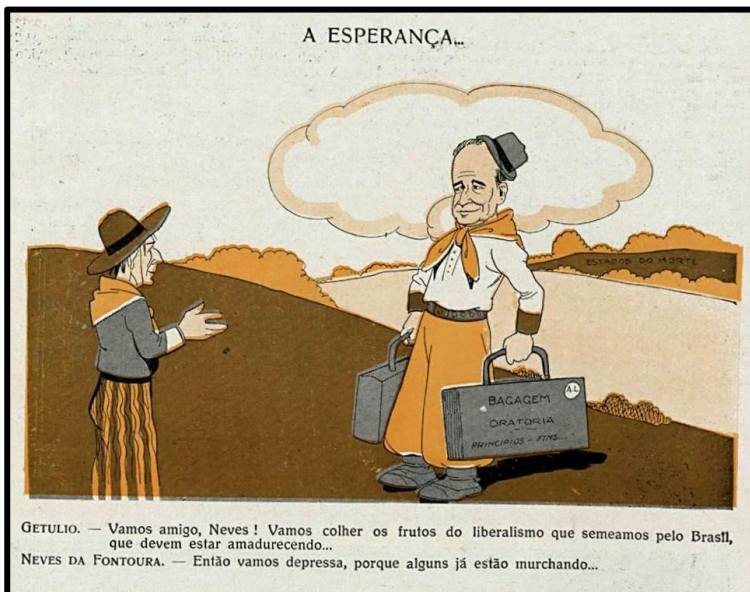
⁴³ CARETA. Rio de Janeiro, 21 set. 1929.

Fontoura, mostrava-se mais receoso, considerando que alguns daqueles frutos poderiam estar “murchando”, em referência a possíveis perdas de apoio político. A oposição entre Prestes e Vargas era apresentada mais uma vez com a presença de ambos em um trem, enquanto recebiam a cobrança por aumento de vencimentos por parte de um funcionário público⁴⁴.



⁴⁴ CARETA. Rio de Janeiro, 2 nov. 1929.

ENSAIOS DE HISTÓRIA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL



Em um campo de futebol, Getúlio Vargas, vestido “à gaúcha” e não de jogador, reclamava do árbitro da partida, em referência às dificuldades eleitorais que sua chapa via enfrentando. Vargas também aparecia dialogando com Ribeiro de Andrada, perguntando-lhe sobre possíveis influências da política local mineira em sua própria candidatura⁴⁵. Nos desenhos da *Careta*, os candidatos da Aliança Liberal transformavam-se em aviadores e questionavam-se quanto aos destinos da aliada oligarquia mineira⁴⁶. Sob os olhares da figura feminina que representava a forma de governo republicana, Vargas e Prestes preparavam-se para enfrentar-se utilizando-se de lanças, mas eram surpreendidos pela intervenção de um velho militar e senador piauiense, que buscava evitar “uma luta fratricida”, lembrando os contendores que todos não deixavam de ser “camaradas”, em alusão aos acordos políticos que vigoravam durante a República Velha. Já em viagem para realizar propaganda eleitoral no norte do país, Getúlio Vargas aparecia como um marinheiro em uma pequena embarcação, sendo advertido pelo político gaúcho Borges de Medeiros quanto aos riscos políticos que corria ao visitar tal região⁴⁷. Mais uma vez em um barco, Getúlio surgia sisudo, cheio de preocupações quanto aos alcances de suas mensagens eleitorais. Diante da possibilidade de um acordo entre os competidores, a mesma era plenamente refutada, tendo em vista os interesses em jogo⁴⁸.

⁴⁵ CARETA. Rio de Janeiro, 9 nov. 1929.

⁴⁶ CARETA. Rio de Janeiro, 16 nov. 1929.

⁴⁷ CARETA. Rio de Janeiro, 21 dez. 1929.

⁴⁸ CARETA. Rio de Janeiro, 28 dez. 1929.

ENSAIOS DE HISTÓRIA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL

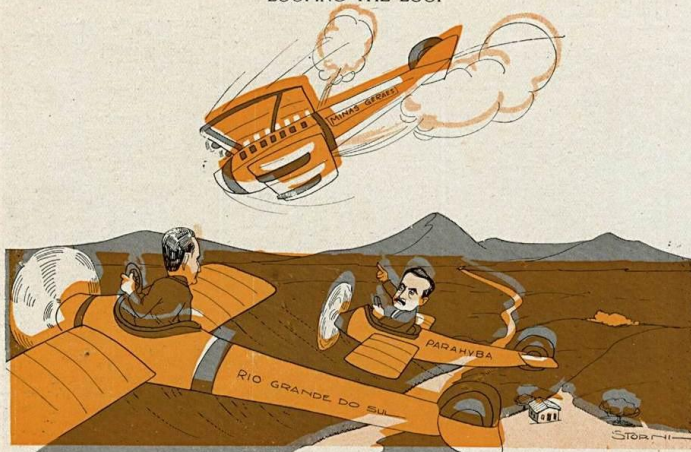


A DERROTA



GETULIO. — Você acredita que o povo de Minas elegerá o Mello Vianna ?
A. CARLOS. — Eu creio que venceremos mesmo votando em *branco*.

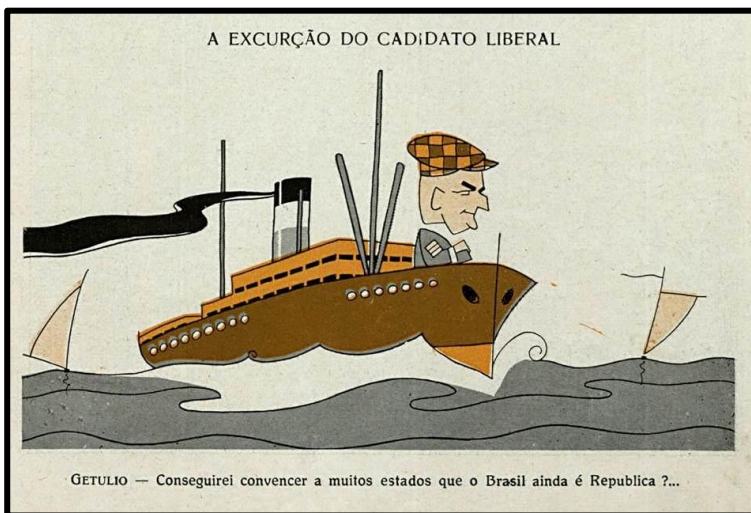
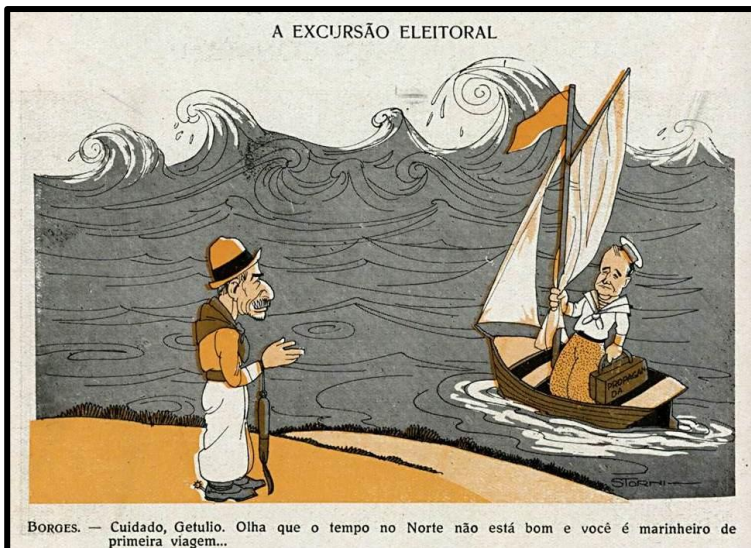
LOOPING THE LOOP



JOÃO PESSOA. — Oh Getúlio! O mineiro está em perigo?...
GETULIO. — Espero que seja apenas uma panne. Os aparelhos muito grandes estão sujeitos a esses inconvenientes.

ENSAIOS DE HISTÓRIA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO
SUL



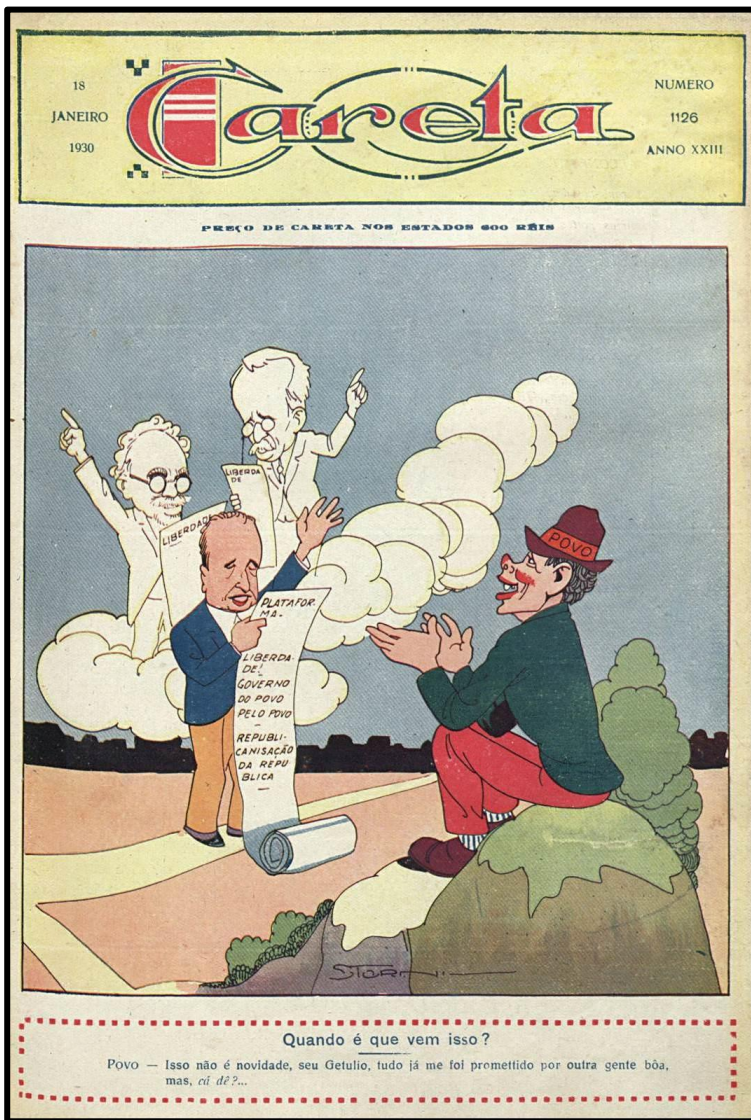


ENSAIOS DE HISTÓRIA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL

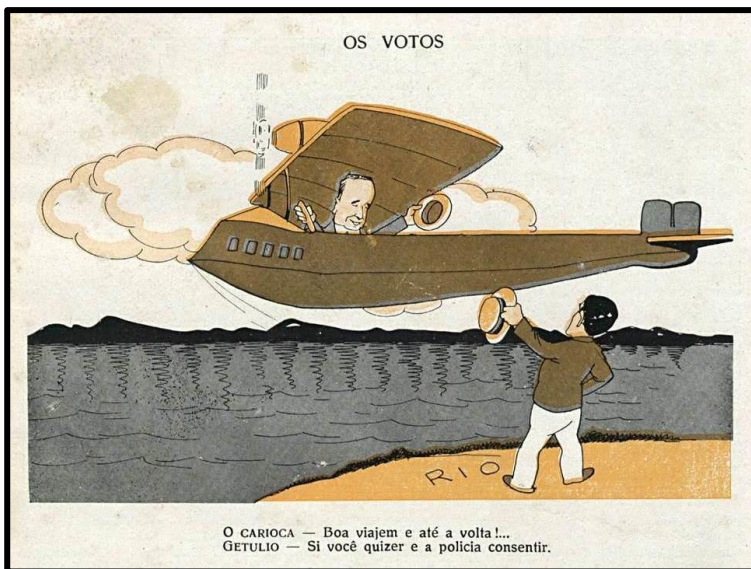


Em outra caricatura estampada na capa da revista, Vargas apresentava suas propostas que, apesar de bastante óbvias, agradava à representação do povo, que o aplaudia, sem deixar de ressaltar que não eram novidades, mas que se mostravam inexequíveis, como já havia sido comprovado em outras candidaturas oposicionistas, como no caso da Campanha Civilista e da Reação Republicana, representadas nas nuvens que marcavam o horizonte e traziam as imagens dos articuladores daquelas frentes, Rui Barbosa e Nilo Peçanha. Mais uma vez em um avião, Getúlio Vargas partia em busca de votos, mas, ao conversar com um “carioca” ficava demarcado o receio de possíveis atos repressivos governamentais⁴⁹.

⁴⁹ CARETA. Rio de Janeiro, 18 jan. 1930.



ENSAIOS DE HISTÓRIA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL

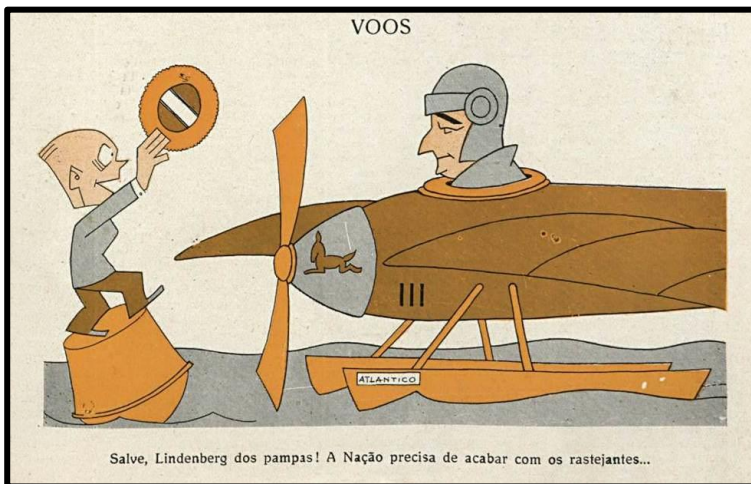
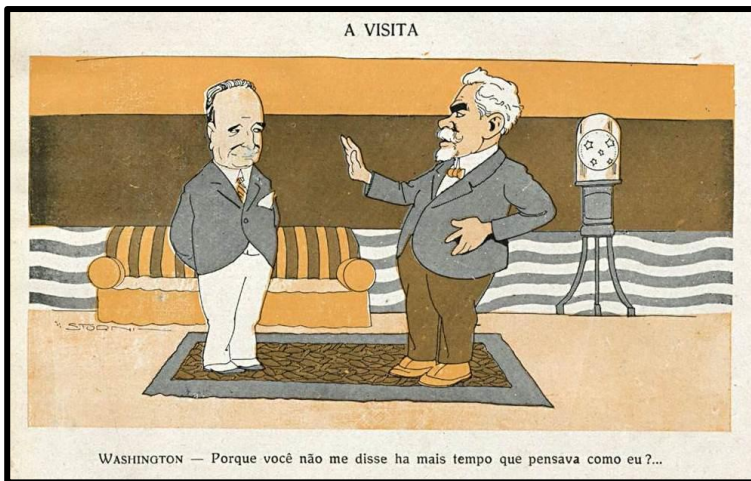


Os limites quanto às diferenciações entre situacionistas e oposicionistas ficavam expressos em outra representação caricatural que trazia o encontro entre Vargas e Washington Luís⁵⁰. Certo entusiasmo pelo candidato da Aliança Liberal era demonstrado em desenho no qual o povo saudava Getúlio Vargas, mais uma vez apresentado como um aviador que estaria pronto a levar a nação a traçar voos mais altos⁵¹. O olhar positivo para com Vargas também aparecia na apresentação dos “contrastes” entre a situação financeira do país e a do Rio Grande do Sul, então sob a administração do político gaúcho⁵².

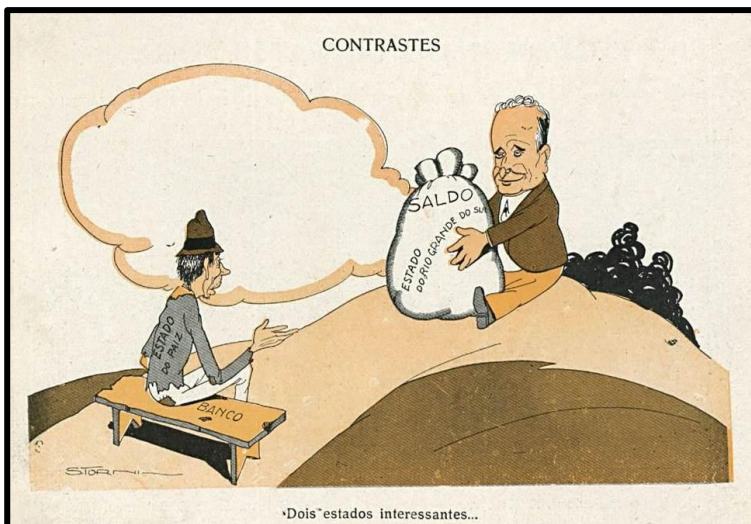
⁵⁰ CARETA. Rio de Janeiro, 18 jan. 1930.

⁵¹ CARETA. Rio de Janeiro, 25 jan. 1930.

⁵² CARETA. Rio de Janeiro, 8 fev. 1930.



ENSAIOS DE HISTÓRIA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL



O candidato da Aliança Liberal, em campanha no norte do país, aparecia junto de seus correligionários, montando um dromedário, em sinal da necessária resistência na prática oposicionista no Brasil daquela época, distribuindo as “sementes liberais”, ou seja, as ideias de seu grupo político, contando com o crédito de parte do Jeca-Povo⁵³. As eleições de 1930 coincidiram com a época carnavalesca e a *Careta* mostrou em um palanque, acompanhados da “velha política”, um entusiasmado Júlio Prestes, junto de Washington Luís, enquanto Vargas permanecia no chão. Estes dois últimos eram apresentados com máscaras que representavam seus próprios rostos, vindo ambos a conhecer suas identidades, mas este não conseguia “reconhecer” as

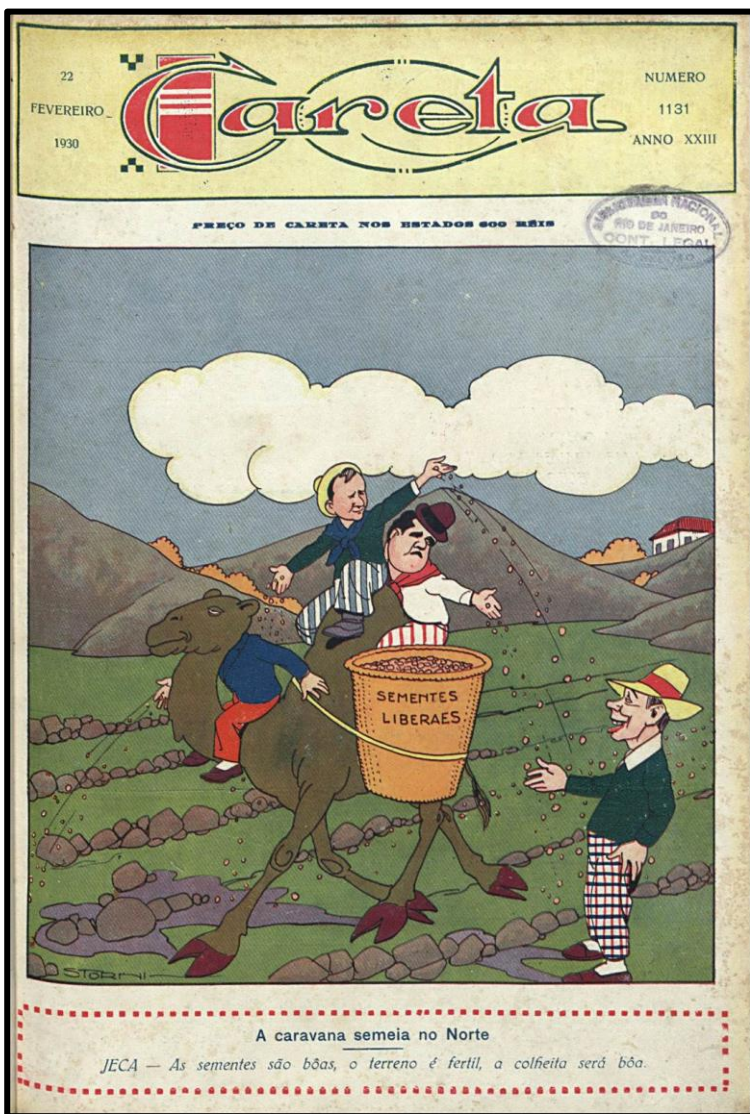
⁵³ CARETA. Rio de Janeiro, 22 fev. 1930.

atitudes daquele. Em outra gravura, enquanto os dois candidatos esperavam o resultado das apurações, uma figura mascarada e fantasiada, representando o carnaval, pedia uma “folga” para que o povo pudesse se distrair⁵⁴. Ainda no clima da folia, Vargas aparecia fantasiado de avião, e questionava um carnavalesco quanto ao alcance de sua atuação junto à opinião pública, no que era desconsolado pelo interlocutor, o qual comparava a política ao carnaval, pois em meio a ambos nada passava de “fantasia”. Também no âmbito das festas de Momo, a Aliança Liberal foi apresentada como um “bloco dissidente” que concorrera com seus adversários considerados como os patifes do governo. Mesmo que passado o processo eleitoral, a revista ilustrada e humorística carioca manteve a imagem de Vargas e Prestes em disputa pela cadeira presidencial⁵⁵.

⁵⁴ CARETA. Rio de Janeiro, 1º mar. 1930.

⁵⁵ CARETA. Rio de Janeiro, 8 mar. 1930.

ENSAIOS DE HISTÓRIA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL





ENSAIOS DE HISTÓRIA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL





A derrota da Aliança Liberal seria demonstrada sem a presença de Vargas e sim com outras representações, como no caso da figura feminina que designava a dama republicana em prantos, desiludida com o resultado do sufrágio. A vitória do grupo

ENSAIOS DE HISTÓRIA POLÍTICA DO RIO GRANDE DO SUL

varguista só viria após a Revolução de 1930, e a revista aderiu plenamente à República Nova, sem que para isso, perdesse o seu olhar crítico-humorístico, ao menos enquanto assim o regime vigente o permitiu. Aqueles meses transcorridos entre agosto de 1929 e março de 1930 ficaram, entretanto, demarcados como os pródromos da presença de Getúlio Vargas na caricatura difundida por meio da *Careta*, uma vez que, nas décadas que se seguiram, entre os anos 1930 e 1950, o político gaúcho viria a ter um verdadeiro protagonismo nas páginas do periódico, assumindo, no período em pauta, praticamente uma onipresença nos registros iconográficos da publicação carioca.



COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A **Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO) de Estudos Globais da Universidade Aberta** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação preñe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt
**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**
2020-2025



ISBN: 978-65-89557-76-0